



PLANO TRIENAL

1999-2001

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Antecedentes
 - 2.1 – Recapitulação da estratégia anterior
 - 2.2 - Balanço global
3. Contexto
 - 3.1 – Movimentos sociais do mundo rural
 - 3.2 - Rede PTA e outros parceiros
 - 3.3 - As políticas públicas
 - 3.4 - Tendências da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico
 - 3.5 - O tema do desenvolvimento local
 - 3.6 - Tendências dos mercados
 - 3.7 - Cooperação para o desenvolvimento e financiamento
4. A estratégia de intervenção e as principais opções para o novo Trienal
5. A evolução da estrutura institucional
6. Objetivos
 - 6.1 – Objetivos a longo prazo
 - 6.2 - Objetivos do Trienal
7. Plano de Ação
 - 7.1 – Os Programas de Desenvolvimento Local
 - 7.2 - Os Programas Transversais
 - 7.3 - Os Projetos
 - 7.4 - Os Serviços
 - 7.5 Participação em redes e articulações
8. Monitoramento e Avaliação
9. Orçamento

1. Introdução

Nos últimos dois anos, a AS-PTA se mobilizou num intenso esforço coletivo de reflexão crítica visando à formulação do Plano Trienal 1999-2001, que ora apresentamos. Nesse processo, a missão e os objetivos gerais da entidade foram confrontados à análise das estratégias, métodos, programas e linhas e ação, organização institucional e aos resultados alcançados na promoção da agricultura sustentável e da agroecologia junto a comunidades e organizações de agricultores familiares e a diferentes setores da sociedade. Esse esforço coletivo envolveu todas as equipes da entidade e em várias ocasiões foi compartilhado também com nossos parceiros.

A auto-avaliação e a avaliação externa da AS-PTA, realizada no quadro do Projeto de Avaliação da Rede PTA, foram referências centrais para a reflexão empreendida. A isso se somaram reuniões internas de avaliação e planejamento, além da produção de vários textos que alimentaram a formulação do Plano.

O Plano Trienal 1999-2001 exprime e sintetiza esse processo, tanto no balanço feito como na projeção da entidade para os próximos três anos. Ele não inova propriamente, mas atualiza e redefine algumas orientações centrais da ação institucional, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- A AS-PTA reitera a estratégia de atuação simultânea e combinada nos níveis “local” e “global”, considerando que essas duas dimensões se alimentam mutuamente e que a presença em uma e outra é condição para uma ação conseqüente na promoção do desenvolvimento;
- A atuação da AS-PTA será fortemente orientada para a sedimentação da experiência acumulada e sua posterior difusão, visando à consolidação da expressão pública da entidade;
- São constituídos dois “programas transversais” nas áreas das políticas públicas e do desenvolvimento de metodologias participativas que funcionarão como elementos de integração e cimento da experiência institucional e como veículos de irradiação social das propostas da entidade;
- As instâncias e mecanismos de funcionamento institucional serão aprimorados para garantir a participação sistemática e formalizada das equipes e dos parceiros na definição dos rumos, no monitoramento e na avaliação do desempenho da entidade;
- A AS-PTA manterá sua participação na Rede PTA, procurando ao mesmo tempo influenciá-la no sentido de uma ação integradora dos múltiplos e diversificados processos sociais e organizativos que hoje convergem para a promoção do desenvolvimento sustentado, da agroecologia e da agricultura familiar.

2. Antecedentes

2.1– Recapitulação da estratégia anterior

A estratégia da AS-PTA, que foi se afirmando progressivamente a partir do Plano Trienal 1993-1995, postula uma ação em **dois níveis**.

Em primeiro lugar, é necessário atuar a nível local, intervindo e apoiando a modificação dos sistemas produtivos e do nível de vida dos pequenos agricultores. Por outro lado, é necessária uma ação a nível mais amplo, visando influir nas condições sociais, econômicas e políticas que condicionam as feições do modelo de desenvolvimento rural.

Cabe, no entanto, ressaltar que consideramos que a ação macro é altamente tributária da atuação a nível micro. É nesse nível que se entrelaçam as necessidades imediatas e sentidas pelos pequenos agricultores nos planos da produção, da comercialização e das condições de vida com as questões estruturais que cabe conhecer, equacionar e enfrentar na construção de um novo modelo agrícola. A degradação da base de recursos também se manifesta a nível local. As ações a nível micro são enfocadas, assim, como exemplos de ações ampliáveis para conjuntos mais amplos da sociedade e não como casos excepcionais ou enclaves socialmente marginais. Elas constituem um esforço de experimentação social de métodos, técnicas e processos produtivos, funcionando também como pontos de referência demonstrativa para uma possível reprodução ampliada. Vale dizer que, sem exemplos concretos e experiência acumulada, é difícil, senão impossível, sensibilizar os diferentes públicos e influir na formulação de políticas para o setor.

Assinale-se ainda que não é qualquer experiência local bem sucedida que é útil nessa perspectiva. Por isso, a própria configuração de cada experiência “piloto” deve ao mesmo tempo almejar um impacto significativo e levar em conta as condições para sua multiplicação em escala.

Este ponto de vista, e a avaliação de que as experiências locais de desenvolvimento rural sustentável que satisfaçam as condições acima referidas não são muito abundantes, nos levaram a priorizar, a curto e médio prazos, a consolidação de experiências locais que possam alimentar os outros níveis de nossa intervenção.

Mas a valorização técnica, social, econômica, ambiental e política dessas experiências e a potencialização das possibilidades de sua apropriação social em níveis cada vez mais amplos passam, no entanto, pela necessidade de avançar na análise e no conhecimento dos processos sociais que as subentendem e pela geração de métodos que permitam orientar a irradiação de efeitos e sua massificação. Nesse sentido, a produção, experimentação e difusão de métodos dentro de um enfoque participativo de desenvolvimento tem sido uma das preocupações centrais da AS-PTA.

Por outro lado, postulávamos que, para garantir o sucesso de uma experiência local, não basta apenas um enfoque participativo. Também é necessário mobilizar conhecimento novo pertinente, para alimentar o processo de inovação.

Experiências locais demonstrativas, produção de conhecimentos aplicados e de métodos participativos eram, então elementos centrais da estratégia. Eles se alimentam mutuamente e reforçam um quarto elemento importante: a capacidade da entidade de intervir em diferentes espaços da esfera pública como portadora de uma proposta que articula três grandes eixos na promoção do desenvolvimento sustentado da agricultura: a defesa, restauração e fortalecimento da agricultura familiar; a construção de um novo modelo tecnológico baseado na agroecologia; o apoio à construção do movimento social no campo como sujeito e ator central dos processos de transformação dos atuais padrões de organização social, política, econômica, técnica e ambiental do espaço rural.

Finalmente, a AS-PTA considerava a constituição de redes como um elemento importante para o avanço e a progressiva consolidação no Brasil de um movimento pela agricultura alternativa. Isto porque as redes podem galvanizar os esforços parciais e localizados de inúmeros atores, situando-os numa maior e mais visível escala. Elas socializam experiências, promovem intercâmbios de informações e conhecimentos úteis, desenvolvem atividades conjuntas, mobilizam de forma mais eficaz os recursos disponíveis e podem influenciar, de maneira mais compacta, as políticas públicas.

No processo de formulação e teste da estratégia de intervenção da AS-PTA, a consolidação e a ampliação, prioritariamente, da Rede PTA têm sido visualizadas como componentes da promoção do desenvolvimento sustentado da agricultura.

Na prática, estas idéias levaram a montar uma estrutura organizacional em torno de Programas Locais de Desenvolvimento, Programas (nacionais) de Apoio ou Assessoria (que tratavam os temas técnicos, de método e políticas públicas) e uma ação específica de articulação com a Rede PTA. Havia por trás dessas formulações a concepção de um espaço local como gerador de acúmulos nos campos técnico, metodológico e de políticas públicas e o espaço global sendo alimentado por esses acúmulos através de uma dinâmica de ação em Rede e de outras articulações. Segundo essa concepção, os programas locais estariam dedicados quase que exclusivamente à problemática local e os programas nacionais fariam a ponte entre o micro e o macro.

2.2 – Balanço global

Na hora de elaborar um novo Plano Trienal, cabe fazer um balanço geral da atuação recente da entidade, das partes e do conjunto. Mas, num primeiro momento, faremos somente uma avaliação mais geral da nossa ação. O balanço mais particular de cada uma das “partes” será apresentado no contexto de cada Programa.

O processo de avaliação das entidades e da Rede PTA, realizado em 1997 e 1998, forneceu referências excepcionalmente favoráveis para fazermos um balanço global do nosso trabalho. O processo, que mobilizou as equipes e os diversos parceiros, envolveu três momentos sucessivos de reflexão, discussão e geração de subsídios e referências para a entidade:

- um esforço bastante rigoroso e aprofundado de auto-avaliação, do qual resultaram vários documentos específicos sobre programas, serviços, métodos e estratégias e uma síntese final: “Elementos de auto-avaliação da AS-PTA”;
- um “olhar externo” por uma equipe de avaliação que analisou criticamente os resultados alcançados nas diferentes dimensões de atuação da entidade (sistemas produtivos, relações com o meio social, contribuição teórico-metodológica, organização institucional), discutindo a qualidade desses resultados em si e sua coerência com os objetivos e estratégias gerais da AS-PTA na promoção do desenvolvimento sustentado da agricultura brasileira;
Este processo também permitiu uma avaliação da Rede PTA, que problematizou o desempenho dela em relação a seus compromissos básicos com a agricultura familiar, a agroecologia e o movimento social no campo. Permitiu também a discussão sobre o papel e o lugar das entidades da Rede – e da AS-PTA, em particular – como alimentadora e beneficiária da dinâmica coletiva da Rede.

Em seu conjunto, esses três momentos ensejaram um balanço bastante amplo e em profundidade da trajetória da AS-PTA – atividades, programas, relações, métodos, organização institucional, estratégias de intervenção e resultados efetivamente alcançados. Ao mesmo tempo, eles estiveram permanentemente orientados para apoiar a entidade a repensar-se e a se projetar para o futuro. Dessa dinâmica de auto-conhecimento, autocrítica e projeção para a frente, o processo de avaliação sinalizou alguns marcos básicos que se incorporaram às orientações gerais e às prioridades do Plano Trienal 1999-2001.

2.2.1 – Os resultados mais importantes

Constata-se, em primeiro lugar, que as nossas opções fundamentais têm-se revelado corretas e fecundas. Neste campo, o Relatório de Avaliação da AS-PTA sublinhou principalmente os seguintes pontos:

- a) A AS-PTA, através do conjunto de suas atividades, tem trazido contribuições significativas e reconhecidas à construção e difusão de um novo enfoque para o desenvolvimento rural e tem demonstrado, na prática, o potencial de impacto positivo da ação e participação organizadas dos pequenos agricultores. A entidade tem-se convertido numa referência clara entre aquelas que procuram construir um novo modelo de desenvolvimento rural, objetivo central da entidade a longo prazo;
- b) A AS-PTA tem conseguido um impacto positivo nas alternativas econômicas e nas condições sociais dos pequenos agricultores nas suas áreas de trabalho (através do crescimento da produtividade, da reintegração de espaços produtivos, da diminuição do risco, da identificação de alternativas de renda, da menor dependência de insumos externos e do acesso à informação de mercados), viabilizando assim processos de construção da sustentabilidade a mais longo prazo;

- c) Em termos gerais, a proposta técnica da AS-PTA apresenta alta solidez técnica e metodológica, com importante grau de criatividade e uma capacidade de impacto significativo. Apesar de trabalhar principalmente em ambientes pobres, frágeis ou degradados, a sustentabilidade do ponto de vista ambiental, econômico e social é uma preocupação permanente na prática e na procura de novas alternativas. A informação recolhida pelos avaliadores indicou que o trabalho das equipes regionais está trazendo uma contribuição importante para a sustentabilidade da produção familiar nas áreas de trabalho;
- d) A AS-PTA obteve um de seus maiores níveis de coerência e efetividade com as estratégias que valorizam e integram os conhecimentos acumulados pelos agricultores. A reflexão e o desenvolvimento conceitual em torno de um enfoque que privilegia a participação no plano social e técnico, levaram ao desenvolvimento de uma metodologia participativa que se tem convertido numa contribuição específica, original e extremamente valiosa. Esta metodologia é um componente central e insubstituível da eficiência e da adequação do trabalho que se conseguiu perceber ao longo da avaliação, e é o que permite explicar as expressões de entusiasmo, criatividade e atuação autônoma por parte dos agricultores.
- e) O desenho institucional, com seu formato diversificado (dois projetos locais, vários programas temáticos e direção nacional) e a múltipla localização (com escritórios em três regiões diferentes), em linhas gerais, é adequado aos objetivos da entidade e potencializa a estratégia de intervenção da AS-PTA de utilizar a prática local para construir e experimentar métodos e técnicas, produzindo efeitos demonstrativos, que são sistematizados, difundidos e transformados em propostas de políticas públicas e de ações conjuntas com os parceiros da sociedade civil. A transparência administrativa, os espaços participativos na definição das estratégias institucionais e dos programas específicos, assim como dentro dos próprios projetos locais, a descentralização operativa nas tomadas de decisão sobre as iniciativas dos projetos locais e dos programas, além do bom desempenho das equipes administrativas e contábeis indicam que a AS-PTA vem conseguindo uma adequada eficiência no funcionamento de sua organização institucional. Existem, evidentemente, pontos a serem trabalhados. Em particular, foi questionado o formato dado aos programas temáticos, como veremos entre os desafios.

2.2.2 – Os desafios

O processo de avaliação identificou e discutiu também omissões, insuficiências e inconsistências presentes em várias áreas de atuação da entidade. Tanto os problemas apresentados como as recomendações e propostas de enfrentamento foram marcados por forte convergência e complementaridade entre as percepções expressas nos relatórios de auto-avaliação e de avaliação externa. As principais questões apontadas e sobre as quais a AS-PTA atuará particularmente no novo Plano Trienal são as seguintes:

- a) A insuficiência de uma sistemática de resgate analítico e crítico das experiências acumuladas – a sistematização de experiências – é um dos principais fatores

limitantes não só da difusão e da visibilidade das propostas, como da própria construção institucional. A carência de sistematização tem rebatimentos e se manifesta em várias áreas cruciais da vida da entidade, limitando fortemente:

- a capacidade de elaboração e justificação de propostas de políticas alternativas junto ao movimento social no campo, nos níveis local, regional e nacional;
 - a consolidação e ampliação do espaço de reconhecimento já conseguido pela AS-PTA frente às instituições do setor público, como interlocutor válido nos processos de formulação e implementação de políticas e programas de desenvolvimento;
 - a irradiação para diferentes atores das contribuições metodológicas da AS-PTA referidas a um enfoque participativo para o desenvolvimento rural;
 - o estabelecimento de relações com as universidades e o meio científico, onde a efetividade de um acúmulo inovador constitui base necessária para o debate, as parcerias e para a formulação de questões e demandas à pesquisa;
 - a possibilidade de ocupação de um espaço importante nos debates travados em diferentes fóruns sobre o tema do desenvolvimento local, garantindo uma boa fundamentação na elaboração de propostas participativas de políticas públicas com alta capacidade de replicabilidade;
 - finalmente, as carências na sistematização constituem um sério fator limitante da capacidade de a entidade analisar e repensar suas próprias estratégias e linhas de atuação na promoção do desenvolvimento agrícola sustentado.
- b) As insuficiências na sistematização de experiências remetem também a outras insuficiências na área do monitoramento de atividades. Há um esforço em curso para o desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento participativo de programas locais, realizado em parceria com o IIED e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais. Mas permanece a necessidade de consolidar esse esforço e incorporar sistemas de monitoramento ao conjunto das linhas de ação da AS-PTA, notadamente aquelas vinculadas diretamente à transformação dos sistemas produtivos e das condições de vida dos agricultores.
- c) O tema das relações sociais de gênero tem recebido tratamento pouco sistemático e ocupado um lugar secundário nas atividades da AS-PTA, tanto do ponto de vista conceitual como das práticas. A entidade ainda não tem em sua ordem do dia a orientação de trabalhar uma política de gênero que se incorpore às suas estratégias de intervenção e ao conjunto de suas atividades. Há iniciativas inovadoras e potencialmente fecundas: a formulação de um diagnóstico de sistemas agrários com ênfase na questão de gênero associada à capacitação de técnicos para isso; atividades localizadas de valorização do papel econômico e técnico das mulheres nas explorações agrícolas; o estímulo à participação das mulheres nos processos de experimentação participativa e formação de monitores, por exemplo. Ao mesmo tempo, constata-se que essas práticas permanecem isoladas e não se incorporam à reflexão de conjunto da entidade.

Em que pese existirem poucas referências sobre o trabalho com enfoque de gênero em meio rural – e, em particular, em relação à agricultura familiar – a AS-PTA, por suas múltiplas inserções, encontra-se em excelentes condições para empreender um esforço teórico e prático de construção de um ponto de vista e de uma política nesse campo.

- d) Há alguns temas centrais para a sustentabilidade mais geral dos sistemas agrícolas familiares e para a formulação de políticas alternativas que têm sido trabalhados de forma insuficiente e fragmentada. É o caso da segurança alimentar, da Reforma Agrária e das políticas de crédito. No primeiro caso, os programas de desenvolvimento local da AS-PTA tratam empiricamente dessa dimensão, mas as atividades não se traduzem na construção de um enfoque estratégico para trabalhar a segurança alimentar como componente essencial da reprodução dos sistemas familiares. Quanto à Reforma Agrária, há uma quase ausência de formulação e de participação no debate nacional sobre o tema, apesar do acúmulo de múltiplas experiências nos assentamentos da reforma agrária e na capacitação de extensionistas, tanto pela AS-PTA como pela Rede PTA. No caso das políticas de crédito, as evidências apontam-nas como elemento fundamental para alavancar a massificação e a maior visibilidade das propostas agroecológicas. A AS-PTA, no entanto, tem sido muito pouco ativa na formulação de propostas neste campo, inclusive na valorização de experiências populares de crédito em curso em várias regiões do País.

Por outro lado, os programas locais da entidade têm estado fortemente concentrados na dimensão produtiva *strictu sensu* (“porteira adentro”), com pouca dedicação e experiências no enfrentamento de dimensões essenciais da economia familiar “porteira afora”, como o acesso aos mercados (inclusive ao crédito), a agro-industrialização e a gestão econômica de associações de agricultores.

- e) No campo da formulação e implementação de propostas estritamente técnicas ressaltam duas questões:
- a segmentação entre os programas temáticos de mobilização de conhecimentos técnicos (solos, recursos genéticos, agroflorestação, etc.) entre si e destes com as atividades desenvolvidas nos programas locais, gerando tensões internas e ineficiências. Foi feita uma recomendação, que já está sendo incorporada pela AS-PTA: supressão dos programas temáticos enquanto unidades autônomas e sua incorporação aos programas locais, que passam a ser o quadro de geração de demandas, de experimentação e de difusão de conhecimentos nessa área;
 - a advertência da equipe de avaliação para a necessidade de associar a geração de alternativas imediatas de renda a uma estratégia de transformação dos sistemas familiares, de forma a evitar que aparentes soluções de curto prazo venham a comprometer a sustentabilidade dos sistemas a longo prazo.
- f) A Assembléia Geral e o Conselho de Administração da AS-PTA constituem na prática entes formais e exteriores à vida da instituição. Em que pese a efetiva participação dos parceiros na dinâmica da entidade a nível local, essa

característica não se reflete no planejamento, monitoramento e avaliação da AS-PTA a nível nacional. Este fato pode vir a constituir um fator limitante tanto da proposta de construção dos parceiros como promotores do desenvolvimento rural sustentável quanto da própria construção da instituição.

Embora não tenha tido um destaque tão especial na Avaliação Institucional, nós elegemos a questão da estrutura de funcionamento organizacional como um dos principais desafios, ao iniciarmos este novo Trienal. Com efeito, a forma de conceber e organizar a ação institucional – com os Programas de Desenvolvimento Local e os Programas Nacionais de Assessoria ou Apoio - terminou por se revelar ineficiente. Confirmamos a constatação da Avaliação sobre a existência de uma fragmentação e pulverização dos esforços dos diversos programas que, por vezes, se tornaram extremamente personalizados e pouco referenciados a uma estratégia compartilhada por todos. A construção institucional foi prejudicada por essa fragmentação, o que limitou sobremaneira nossa capacidade de pensar a entidade para dentro e a expressão pública de nossas propostas para a sociedade, ainda que tenhamos conseguido acumular significativamente em vários campos, como também constatado. Particularmente os acúmulos dos programas locais, que cumpriram seu papel na estratégia estabelecida, foram pouco valorizados para além dos espaços locais, evidenciando uma clara disjunção entre o concebido e o efetivado. É preciso, pois, inaugurar uma nova “institucionalidade” que referencie a ação dos diversos programas, articulando-os.

3. O contexto

A AS-PTA tem empreendido um razoável (ainda que insuficiente) esforço de acompanhamento e análise do contexto sócio-econômico, ambiental e político no qual desenvolvemos nossas atividades, seja no plano nacional, seja nos espaços dos programas de desenvolvimento local. Esse esforço, que tem sido partilhado com diversos parceiros, está expresso em documentos produzidos pela entidade.

Não se trata neste capítulo do novo Plano Trienal de restituir de forma abrangente o ponto de vista formulado e as muitas indagações que persistem sobre diferentes dimensões da realidade do mundo rural brasileiro. O que se pretende é simplesmente sublinhar alguns elementos presentes no contexto de atuação da AS-PTA e que entendemos como relevantes, seja porque favorecem, seja porque dificultam o cumprimento dos objetivos institucionais traduzidos neste Plano.

3.1- Movimentos sociais do mundo rural

Existem atualmente no Brasil instrumentos de política pública orientados com exclusividade para a agricultura familiar. A ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi decisiva na conquista do principal desses instrumentos: o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). A entidade nacional mobilizou-se intensamente para conseguir os recursos de crédito, mas não foi discutido o conteúdo (objetivos, critérios, resultados esperados, normas de regulação) das propostas a serem implementadas. Com isso, na prática, essas políticas estão longe de fortalecer a agricultura familiar. Prevaleceram as orientações das políticas governamentais fundadas numa

lógica seletiva que beneficia apenas uma minoria mais capitalizada e consolidada do setor familiar.

Essa espécie de “tiro pela culatra”, ao mesmo tempo que fragiliza o movimento sindical, constitui expressão de sua crise que se aprofunda a nível nacional. O último Congresso da CONTAG foi um sintoma disso: propondo-se ao debate sobre um projeto alternativo para a agricultura, o Congresso passou praticamente ao largo das discussões de conteúdo, prendendo-se a questões sobre estrutura de organização sindical, em torno às quais se dividiram tendências politicamente mal definidas. O que se verifica é uma verdadeira crise de identidade que se manifesta na cúpula, mas também nas bases e se aprofunda em paralelo à crise da agricultura familiar. Sem um projeto próprio para o desenvolvimento da agricultura, o que tem sustentado a estrutura do movimento sindical tem sido sua ação no campo da previdência social. Devido à ação nesse campo, os STRs são uma referência necessária para os agricultores e talvez seja o único ator presente em vastas áreas.

Pode-se dizer que o MST é o único movimento de caráter nacional que tem tido efetivo dinamismo no meio rural brasileiro. Por outro lado, há uma série de avanços do próprio movimento sindical e de associações de agricultores a partir de uma grande multiplicidade de iniciativas locais inovadoras, tanto no campo das propostas de ação como nas formas organizativas. Essas iniciativas encontram-se ainda bastante desarticuladas. Em que pese sua capacidade polarizadora a nível local, seus efeitos irradiadores e sua visibilidade pública são ainda muito limitados.

Essa situação geral se manifesta de forma diferenciada segundo as regiões. No caso da região centro-sul do Paraná o movimento social tem grande potencial como agente promotor do desenvolvimento, ainda que não tenha recuperado o dinamismo que o marcou em meados dos anos 80. A fragilização do movimento desde então tem raízes, de um lado, na pauperização crescente das economias familiares (o que limita em muito a ação militante) e, de outro lado, na forte emigração, sobretudo de jovens. As organizações dos agricultores encontram-se também fragilizadas e descapitalizadas.

Apesar desse quadro, assiste-se atualmente a uma retomada do dinamismo dos movimentos na região. O sindicalismo vai se tornando mais propositivo e coloca mais ênfase nos temas relacionados ao desenvolvimento. A constituição do Fórum Regional das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (não apenas STRs) e os dois Congressos Regionais já realizados nos últimos anos foram momentos fortes, uma vez que colocaram uma boa perspectiva de ação para fora, nos municípios, na região e no estado.

Considerado o conjunto do estado do Paraná, a CUT rural é pouco efetiva e a FETAEP não constitui uma referência política e organizativa para os movimentos da região centro-sul. As ONGs de maior tradição no estado pouco têm feito para apoiar a revitalização das organizações populares rurais. Já o MST tem expressão efetiva e tem se empenhado na criação de um movimento autônomo da agricultura familiar no estado, que já conta com uma estrutura regional no centro-sul.

No contexto do estado da Paraíba, o movimento social tem funcionado por espasmos, estimulado por questões emergenciais. O exemplo mais evidente disso é a articulação pendular dos agricultores em função do problema da seca. Passada a conjuntura crítica, o movimento

esmorece. No passado já houve processos mais dinâmicos. Mas a CUT perdeu penetração e a Federação estadual tem estado fortemente atrelada aos poderes políticos locais. Mais localmente, na região onde se dá a intervenção da AS-PTA, o Pólo Sindical do Brejo da Borborema – recentemente criado – tem demonstrado capacidade propositiva e de articulação de alguns sindicatos da região.

3.2 – Rede PTA e outros parceiros

A Rede PTA construiu ao longo dos anos um conceito técnico e político muito positivo junto a diferentes setores que atuam no campo do desenvolvimento rural: movimentos sociais, instituições de pesquisa e ensino, meios governamentais, outras ONGs. O campo de atuação que lhe é atualmente aberto é seguramente bem maior que sua capacidade de ocupá-lo.

A avaliação das entidades em si e da dinâmica coletiva da rede evidenciou um forte arrefecimento das articulações irradiadoras nacionais e/ou regionais em prol de relações localizadas motivadas por temas específicos (monitoramento de impactos, relações de gênero, crédito, etc.) ou, em alguns casos, por estratégias comuns de mobilização de recursos financeiros. A avaliação evidenciou também a baixa capacidade da Rede de sistematizar e difundir seus acúmulos nos campos técnico, econômico e metodológico.

A revisão das estratégias de intervenção das entidades e dos fóruns regionais feita em seguida à avaliação aponta quase que unanimemente para três direções: aprofundamento e consolidação das inserções locais e das articulações temáticas; sistematização de experiências e sua valorização social via Rede; ampliação do conceito e das práticas da Rede no sentido da associação de seu núcleo estrutural (27 ONGs) ao movimento mais amplo de promoção da agricultura sustentável e da agroecologia. O grande desafio está exatamente em consolidar os laços e a capacidade de intervenção local com a necessária presença e irradiação de efeitos no cenário nacional.

Com o setor ambientalista, fundamentalmente preocupado com a proteção/preservação ambiental, nossa interação tem se dado muito mais num campo de disputas (inclusive por recursos) do que de construção em conjunto de propostas para o desenvolvimento sustentável. Divergências claras têm se manifestado sobre manejo agroflorestal, desenvolvimento das áreas de entorno de parques nacionais, relações entre reforma agrária e preservação ambiental, etc. Mesmo com o movimento de agricultura orgânica já existem diferenças marcantes, como quanto à certificação de produtos, que começam a travar relações históricas.

No campo dos partidos políticos tem sido difícil exercer alguma influência. O tema da sustentabilidade não foi incorporado às agendas dos partidos progressistas, que estão fora das formulações e debates sobre a problemática dos modelos de desenvolvimento. Se isso é verdade globalmente, existem políticos individualmente e assessorias parlamentares sensíveis e abertos à incorporação das propostas agroecológicas em seus âmbitos de atuação.

Finalmente, no que tange às igrejas, as posturas e relações são bastante diferenciadas. Enquanto que a CNBB tem arrefecido suas intervenções no espaço nacional, na região centro-sul do Paraná a igreja católica tem sido um esteio importante e mesmo um promotor das concepções que temos difundido; a Romaria da Terra, em 1999, no Paraná, será realizada na

região centro-sul do estado sob a bandeira da agroecologia. Já em outros contextos, como na Paraíba, as relações não se têm traduzido em ações práticas.

3.3 – As Políticas Públicas

O ambiente de liberalização e globalização das economias tem sido acompanhado pelo acirramento da concorrência e da diferenciação na agricultura brasileira, tanto em relação ao acesso aos instrumentos das políticas governamentais como em relação aos mercados interno e externo. Esse acirramento tem tido um forte papel desestruturador das economias familiares, acentuando o esvaziamento do campo. A concentração da terra e do dinheiro movem uma “esteira rolante” que expelle incessantemente da atividade agrícola os produtores familiares relativamente mais pobres e menos capitalizados. O fenômeno climático El Niño, que em 1997 e 1998 provocou enchentes na região sul e seca no nordeste, foi um fator de intensificação da desestruturação da agricultura familiar. Apesar de terem sido previstos recursos no Orçamento Federal para combater os efeitos do El Niño, são poucos os agricultores familiares que conseguem acesso a eles.

Esse processo de decomposição sócio-econômica tem sido favorecido – como já assinalado – por políticas declaratórias de promoção da agricultura familiar, como no caso do PRONAF, que funcionam efetivamente como instrumentos de seleção e de diferenciação que terminam sendo apropriados pelos complexos agro-industriais. Ilustra isso o fato de que cerca de 80% dos créditos concedidos pelo PRONAF vão para a região sul do País, onde estão localizadas as grandes empresas integradoras (Sadia, Souza Cruz, etc.).

O que tem caracterizado essas políticas é sua clara orientação para a consolidação de uma classe média rural em detrimento da grande maioria da população trabalhadora do campo. Mas, a contracorrente dessa tendência mais geral, existem experiências inovadoras de realocação de recursos do crédito público a partir da gestão de fundos por associações e cooperativas (p. exemplo: Assesoar, no Paraná; CEPAGRO, em Santa Catarina; APAEB, na Bahia). Essas experiências são ainda pouco conhecidas e demandam ser melhor pesquisadas em seus impactos econômicos e sociais.

Cabe finalmente assinalar que as políticas para o meio rural têm sido formuladas sem uma visão estratégica das relações entre meio ambiente e agricultura. Paralelamente, as políticas ambientais encerram uma concepção nitidamente preservacionista, não considerando os ecossistemas manejados para fins agropecuários como objeto de suas preocupações.

3.4 – Tendências da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico

No recente debate sobre política de pesquisa para os Centros Nacionais e Internacionais de Pesquisa Agropecuária duas orientações estiveram em jogo: o “manejo integrado de recursos naturais” e o “manejo de recursos genéticos”. Muito próximas na forma, as orientações são bastante distintas no conteúdo. A primeira guarda alguma aproximação com as concepções da agroecologia, enquanto que a segunda se refere explicitamente ao desenvolvimento das biotecnologias. A forte tendência à concentração de energias e recursos é na segunda dessas orientações. Essa tendência já é verificada na prática, inclusive nas políticas e prioridades de

pesquisa definidas pela própria EMBRAPA. Nesse panorama, as macro- tendências não são muito alentadoras.

Entretanto, existem focos de resistência em crescimento; pesquisadores isolados e equipes de pesquisadores em universidades, na EMBRAPA e em centros estaduais de pesquisa que se aproximam das formulações e propostas da agroecologia, que, em diferentes níveis, tem se articulado com ONGs e organizações da agricultura familiar na promoção do desenvolvimento sustentado. Esses focos de resistência devem ser considerados e promovidos.

Mas é justamente no seio da EMBRAPA que se está consolidando uma perigosa dicotomia que tem confundido muito o debate sobre os rumos da instituição e que, de certa forma, influencia toda a pesquisa agropecuária brasileira. Consolida-se no discurso e nos programas a idéia da “pesquisa para o agronegócio” em oposição à “pesquisa social”. Ou seja: reforça-se o pensamento ainda predominante de que o trabalho voltado para a agricultura familiar faz sentido apenas do ponto de vista social, desconsiderando-se as dimensões econômica, ambiental e cultural envolvidas.

Essa análise sugere que, para influenciar os pesquisadores (e o sistema de pesquisa) é inútil prender-se a um interminável debate de idéias no seio das instituições de pesquisa. Ao contrário, devemos trazê-los para “o nosso campo”, ou seja: sistematizar perguntas a serem colocadas à pesquisa e formular projetos em parceria para responder a essas perguntas, discutindo a partir daí concepções sobre o papel da ciência e do conhecimento e sobre métodos de formulação e enfrentamento dos problemas técnicos.

3.5 – O tema do desenvolvimento local

O tema do desenvolvimento local está na ordem do dia, tanto na esfera pública como na sociedade civil e tem colocado novos desafios para os movimentos no campo. A lógica do desenvolvimento local tem se materializado através de uma nova institucionalidade, a partir da criação dos Conselhos Municipais e de medidas de municipalização do desenvolvimento.

Devido à força do poder político tradicional a nível local e à fragilidade das forças populares e também à marca do “clientelismo” em muitas regiões, na maioria dos casos não há a participação efetiva dos movimentos nos Conselhos e, por conseqüência, na definição e na gestão dos projetos voltados para o desenvolvimento local. As organizações dos agricultores terminam por ficar em um verdadeiro dilema: ou são cúmplices por participar (e compactuar) da tomada de más decisões ou são vilãs por se omitir.

Seria preciso, pois, fortalecer os atores locais. Mas é difícil encontrar situações nas quais pode vislumbrar-se uma perspectiva autônoma (a partir do capital organizativo acumulado) de desenvolvimento local.

No âmbito comunitário existem muitas associações formadas a partir de estímulos (ou exigências) de projetos do governo, o que cria um laço de dependência formal, limitando em muito a autonomia dessas organizações. Mas também existem situações onde a organização comunitária é autêntica e ativa.

O tema do local é o que tem de mais novo na discussão sobre modelo de desenvolvimento no Brasil e envolve um campo em disputa. E como tal, é contraditório. Por um lado, o positivo por possibilitar o tratamento das questões relacionadas ao desenvolvimento considerando as diversidades locais e de permitir a efetiva participação das bases dos movimentos na definição de seus próprios projetos. Mas, por outro lado, apresenta o risco de fragmentação de uma visão nacional do desenvolvimento e da constituição de “sujeitos coletivos” a nível nacional.

3.6 – Tendências dos mercados

Com a liberalização e a desregulamentação dos mercados agrícolas, uma boa parte do debate sobre a agricultura está centrada na necessidade de competitividade do setor no mercado internacional. Essa competitividade, na lógica neoliberal, se traduz na especialização produtiva e na busca de maiores produtividades a menores custos. Na cabeça de quase todo mundo isto significa uma lógica de economia de escala, sendo portanto algo contrário à produção com base na agroecologia. Com isso, ocorre um processo paulatino (mas às vezes também rápido) de desestruturação dos mercados locais. No sul do Brasil a liberalização tem causado impactos bastante negativos sobre as economias familiares.

As políticas para a agricultura familiar têm reforçado a tendência à especialização. Tem sido assim no crédito para a produção e também tem sido esse o rumo das discussões para a elaboração de uma linha de crédito para agroindustrialização, uma vez que desconsidera a possibilidade de financiamento de pequenas unidades beneficiadoras.

Na contracorrente dessa tendência, verifica-se já certo crescimento da demanda por produtos personalizados de qualidade, em que se valoriza a origem “camponesa”. Isso implica necessidade de diversificação da produção e cria oportunidades novas de mercado. Por outro lado, alguns programas governamentais têm valorizado a capacidade produtiva local, como é o caso da merenda escolar e de alguns projetos da Comunidade Solidária. Há também um crescimento vertiginoso do mercado de “alimentos limpos”. Essa segunda tendência traz consigo aspectos altamente positivos, mas também alguns riscos. Por exemplo, por uma imposição da CEE, os países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil, têm formulado legislações que normatizam a produção orgânica segundo uma perspectiva altamente seletiva e em vários aspectos distantes de uma concepção agroecológica, sobretudo pelo fato de se fundamentarem no produto e não no processo de produção. Além disso, a verificação da qualidade do produto é feita, segundo as disposições européias, por organismos certificadores que se organizam no mercado em uma verdadeira estrutura cartorial.

3.7 – Cooperação para o desenvolvimento e financiamento

No curto prazo, confirma-se a tendência de “estabilidade em baixa”, em termos absolutos, dos recursos alocados pela cooperação internacional aos projetos de desenvolvimento. A médio-longo prazos, todas as indicações apontam no sentido da progressiva redução relativa dos recursos destinados ao desenvolvimento rural, redução essa associada ao redirecionamento de prioridades para o meio urbano e para outros países.

No bojo dessas tendências desenham-se, no entanto, orientações de apoio a projetos locais de desenvolvimento que visam ao combate à pobreza, à segurança alimentar das populações, à

atenuação dos fluxos migratórios e à preservação dos recursos naturais. Assim, num quadro de perspectivas globais muito pouco promissoras a prazo, essa contra-tendência alimenta perspectivas positivas para os projetos de desenvolvimento local como os da AS-PTA que, além de se fundar nos temas priorizados, apresentam condições reais de consolidação e de reprodutibilidade.

Inversamente, torna-se cada vez mais difícil a mobilização de recursos para o desenvolvimento institucional, ou seja, aqueles vinculados à ação estratégica da entidade. Isso pode vir a comprometer a capacidade da entidade de cumprir seu papel de criador e articulador de fluxos entre o “micro” e o “macro”, reduzindo seu potencial irradiador e propositivo para o conjunto da sociedade, com o risco de transformá-la numa espécie de federação de pequenos “projetos exemplares” isolados.

Cabe ainda assinalar dois pontos:

- Indicações de crescimento de fontes nacionais de financiamento para projetos locais vinculados ao manejo sustentado de recursos naturais, mantendo-se ainda o caráter burocratizado e descontínuo dos financiamentos;
- A perspectiva de apoiar a dinamização das organizações dos agricultores coloca a necessidade de mobilizar recursos para tanto, seja a nível nacional (BNDES, PAT), seja a nível internacional.

4. A estratégia de intervenção e as principais opções para o novo Trienal

Em função do balanço bastante exaustivo feito sobre a nossa ação institucional (cf. Capítulo 2) consideramos que, em linhas gerais, a nossa estratégia é correta e, portanto, permanece atual. Isto significa que permanecem vigentes os seus pontos mais importantes. Postula-se sempre uma ação em **dois níveis**. No primeiro, a **nível local**, continua sendo necessário intervir e apoiar a modificação dos sistemas produtivos e do nível de vida dos pequenos agricultores. Por outro lado, permanece a necessidade de uma ação **a nível mais amplo**, visando influir nas condições sociais, econômicas e políticas que condicionam as feições do modelo de desenvolvimento rural.

Mas, como já foi dito, existe um importante desafio a vencer neste novo Plano Trienal, vinculado à nossa forma de organização institucional. Ampliar a capacidade propositiva da AS-PTA, rompendo com uma certa segmentação institucional que tem marcado nossa trajetória recente é, na essência, a definição orientadora deste Plano. Para efetivar este propósito, ficou-nos clara a necessidade de um “passo tático”: voltar-nos para dentro em uma perspectiva de sedimentação dos acúmulos institucionais através de um esforço concentrado de sistematização de nossas experiências e dos seus ensinamentos, de forma a potencializarmos nossa expressão pública mais eficientemente.

Esta perspectiva, na prática, significa a reafirmação dos programas locais como focos centrais na estratégia da entidade, ou seja, como geradores privilegiados de acúmulos a serem

projetados para âmbitos mais amplos. Isso significa dizer, em outras palavras, que os programas “nacionais” – que, como veremos adiante, neste Novo Trienal mudam tanto de nome como de vocação, sendo batizados como programas “transversais” - não devem descolar excessivamente da problemática da nossa ação local. Os programas locais, por sua vez, devem se organizar de tal forma a permitir que os seus acúmulos sejam alimentadores permanentes de um processo institucional capaz de sistematizá-los e difundi-los.

O processo acima referido implica estabelecer interações orientadas por eixos orientadores prioritários ou temas comuns aos diferentes programas. Esses eixos orientadores servirão de referência para o plano de interações entre os programas.

Além de “dar a liga” na atuação da entidade, os eixos ou temas orientadores pautarão as agendas e as prioridades a serem enfrentadas pelos programas transversais - políticas públicas e desenvolvimento metodológico (estes temas serão apresentados ao falarmos destes programas transversais mais adiante).

Outro elemento destacado de estratégia refere-se às parcerias que devemos privilegiar e às suas concepções. Nesse particular, abriu-se um debate acerca da prioridade ao reforço da capacidade das organizações dos próprios agricultores atuarem como protagonistas do processo de desenvolvimento, de forma que essas venham a se colocar mais enfaticamente no debate junto aos órgãos públicos intermediários (Centros de Pesquisa, Extensão, Universidades, Prefeituras, etc). Nosso papel, nesse caso, será o de instrumentalizar e motivar os movimentos sociais com informações, conceitos, formação e outros meios de maneira a apoiá-los a ocuparem com qualidade o seu espaço no debate sobre desenvolvimento da agricultura. Bem verdade que, dependendo do contexto político-organizativo, o horizonte de participação ativa das organizações dos agricultores nessas instâncias ainda está distante, o que não significa que devemos perdê-lo de vista.

Essa discussão sobre o papel e a possibilidade real da participação dos Movimentos nos processos de desenvolvimento está na ordem do dia. Esta é uma das dimensões que poderemos valorizar em nosso processo de sistematização de experiências. Esta questão é atualmente informada e condicionada por uma série de circunstâncias que vêm nos cobrando definições mais explícitas. Como exemplos, podemos citar dentre outros: o desmonte do Estado, gerando situações freqüentes em que somos chamados a cumprir funções que não nos cabem; o surgimento de espaços de participação, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, para os quais muitas organizações não estão preparadas para atuar com qualidade.

O Plano Trienal 1999-2001 confirma essas orientações, organizando-as em programas, projetos e serviços, cujos conteúdos passarão a incorporar também as recomendações resultantes do processo de avaliação e das nossas discussões dele derivadas.

A) Os Programas de Desenvolvimento Local

A AS-PTA estará diretamente envolvida na animação e na orientação técnica de três experiências localizadas de desenvolvimento. Essas experiências, como já referido, terão a vocação de espaços experimentais e demonstrativos de métodos, técnicas e políticas de promoção do desenvolvimento local participativo. Elas interpelarão e, ao mesmo tempo, estabelecerão pontes com as políticas públicas nos distintos níveis. Funcionarão também

como geradoras e mobilizadoras do conhecimento técnico, particularmente nas áreas do manejo ecológico de solos; conservação e manejo da biodiversidade; agroflorestação e manejo de recursos hídricos no Semi-Árido.

As três experiências locais continuarão as seguintes :

- Programa de Desenvolvimento Local no Agreste Alto do Estado da Paraíba, na região Nordeste. O projeto é empreendido em cooperação com Sindicatos de Trabalhadores, associações comunitárias e outros parceiros locais. A experiência está localizada em 3 municípios, envolvendo várias comunidades. Atinge atualmente cerca de 450 famílias e constitui um polo de referência de uma proposta participativa de desenvolvimento micro-regional;
- Programa de Desenvolvimento Local no Centro-Sul do Estado do Paraná, na região Sul. A experiência está implantada na área mais pobre do estado e é realizada em articulação com o Fórum Regional das Organizações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O programa tem seu núcleo em 3 municípios, irradiando efeito para outros 16 na região Centro-Sul. Atinge atualmente de forma direta aproximadamente 2.000 famílias.
- Programa de Desenvolvimento Local de Mirandiba (Sertão Central de Pernambuco), também na região Nordeste. Esta ação, implementada no município de Mirandiba, em pleno Sertão semi-árido, prioriza o tema do manejo dos recursos hídricos. É implementada em parceria com um conjunto de associações comunitárias, abrangendo atualmente umas 180 famílias. A Prefeitura Municipal também é parceira nesta iniciativa.

B) Os Programas Transversais

A AS-PTA construiu um acúmulo significativo no campo do desenvolvimento agrícola sustentável, tanto no que se refere às políticas públicas quanto às metodologias participativas. Tem sido principalmente no tratamento desses temas que a entidade tem conseguido se expressar publicamente ao nível nacional. Entretanto, é nossa percepção que uma certa dispersão institucional tem limitado muito a nossa capacidade de valorizar nossos acúmulos e de, conseqüentemente, qualificar nosso discurso “para fora”.

Desta forma o Novo Trienal deverá permitir uma costura institucional mais eficaz, que torne mais real a nossa estratégia de fazer pontes entre o micro e o macro (e vice-versa). Essa costura deverá permitir uma melhor valorização dos nossos acúmulos ao nível local. Ao mesmo tempo, possibilitará a alimentação dos programas locais a partir do global.

É esta problemática que define a essência dos nossos novos programas “transversais”. Os programas locais continuarão concentrando seus esforços nas suas problemáticas específicas, mas deverão reservar esforços para atuarem na sistematização e na reflexão sobre os acúmulos e problemas encontrados em torno de diversos temas que são importantes quando se pensa um enfoque diferente para o desenvolvimento rural. Como exemplo, podemos citar os métodos e instrumentos que facilitam a participação dos agricultores nos processos de geração e difusão de inovações ou ainda, as políticas necessárias para consolidar um modelo diferente. São estas as questões “transversais”.

Por outro lado, devemos valorizar a seguinte característica: os princípios com os quais trabalhamos são aplicados pelos programas locais em contextos completamente diferentes. Com isso, os temas “transversais” não são tratados com base em um único referencial. Desta maneira, é possível observar como os nossos conceitos e métodos se comportam em diferentes contextos.

Em síntese, estamos evoluindo: de uma estrutura relativamente simples (com programas “nacionais” que se ocupam exclusivamente das questões mais “macro”), que demonstrou-se pouco efetiva, passamos para uma estrutura mais complexa que exigirá maior quantidade e qualidade de interações entre os programas.

Para que esse processo seja efetivo, os conteúdos dos Programas Transversais foram priorizados a partir de temas de importância dos distintos programas locais. A partir dessa priorização fez-se um esforço de definição de pautas de interação com metas, produtos, métodos, agendas e responsabilidades definidas. O aprimoramento dessas definições deverá ser feito continuamente.

Desta forma, o novo Trienal terá dois Programas Transversais:

- Programa “Enfoque participativo para a promoção do desenvolvimento sustentável”: a acumulação de informações no plano técnico e a formulação de estratégias de atuação correm o risco de cair no vazio das boas intenções e na dispersão de esforços se não dispusermos de instrumentos sistemáticos para identificar, hierarquizar e enfrentar os problemas aos quais se confrontam os agricultores, gerar soluções, avaliá-las e difundi-las amplamente. Em suas áreas de intervenção direta e em suas atividades de assessoria, a AS-PTA tem como uma de suas prioridades a geração, aprimoramento e sistematização de metodologias que configurem progressivamente um enfoque participativo para o desenvolvimento local. A entidade tem acumulado uma experiência singular, particularmente nas áreas do diagnóstico participativo de agroecossistemas, da formação de agricultores, da experimentação participativa, da difusão de inovações e do monitoramento de resultados produtivos e ambientais.
- Programa “Políticas públicas para apoiar o desenvolvimento sustentável”: tem como vocação associar a formulação teórico-conceitual ao desenvolvimento da proposta agroecológica nos terrenos social e político. A ação deste Programa estará organizada em duas vertentes. De um lado, trata-se de alimentar e intervir no debate, na reflexão e na produção de conhecimentos sobre as grandes questões colocadas pela construção de um novo modelo: o paradigma tecnológico; relações sociais de gênero; o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, etc. De outro lado, trata-se de influir sobre a formulação e a execução das políticas públicas direta e indiretamente relacionadas ao desenvolvimento rural, bem como informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública para a problemática do desenvolvimento sustentado da agricultura.

C) Participação em Redes:

AS-PTA tem tido uma forte participação na dinâmica da Rede PTA, sendo membro do Comitê de Articulação nacional, do qual assegura atualmente a Secretaria Executiva. Além disso, participa de outras redes e articulações, nacionais (Rede Mata Atlântica, Rede de Comercialização, Articulação Água, Fórum das ONGs e Movimentos Sociais, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar) e internacionais (CLADES, SANE, IFOAM, INAFI).

Desde 1998, a AS-PTA se vinculou à REDE AGROECOLOGIA RIO (RECOPE) ampliando seu campo de parcerias. A Rede é constituída por mais seis instituições: três empresas públicas (área de pesquisa agrícola e extensão rural), uma Universidade Federal, uma associação de produtores orgânicos e uma empresa de comercialização de alimentos orgânicos. O objetivo central da Rede é o fortalecimento da agricultura familiar do estado do Rio de Janeiro por meio da difusão dos princípios e técnicas da agroecologia. A AS-PTA participa da Rede assessorando e monitorando a implementação da abordagem participativa para a geração e a difusão de técnicas agroecológicas.

Para o Novo Plano Trienal fizemos uma revisão de nossa participação em diferentes fóruns, redes e articulações, dando precedência, de acordo com nossas disponibilidades, àqueles que têm maior incidência sobre as prioridades fixadas para o triênio. Assim, por exemplo, manteremos a nossa participação ativa na Rede PTA. Por outro lado decidimos nos afastar do Secretariado Geral do CLADES, da coordenação do Fórum Brasileiro e estadual Rio de Janeiro de Segurança Alimentar, embora mantendo a nossa participação nessas articulações.

D) Os Projetos

AS-PTA desenvolverá, no triênio, atividades relacionadas com os seus objetivos institucionais, mas que não estão contempladas nem nos Programas Locais nem nos Transversais. Cabem nesta categoria as atividades desenvolvidas atualmente em colaboração com a Universidade Federal de Pernambuco e a Associação Plantas do Nordeste, que visam dinamizar a circulação de informação pertinente sobre as plantas nativas do Nordeste, buscando a sua valorização e conservação. Tem por vocação apoiar Programas Locais, assim como outros atores que trabalham diretamente junto às famílias rurais. Este Projeto continuará funcionando durante a vigência do novo Trienal.

E) Os Serviços

O setor de Informação, Comunicação e Difusão

Como já foi dito, a estratégia da AS-PTA postula uma ação ampla (ou “macro”), partindo da experiência acumulada mais localmente. Neste contexto, faz-se necessário melhorarmos nossa expressão pública. É preciso por em relevo a questão da política de comunicação social e difusão dos conteúdos de trabalho da entidade de forma a implementarmos ações específicas que aumentem a eficácia dos nossos meios de comunicação no que se refere aos objetivos institucionais. Para isto contaremos com:

- O Centro de Documentação (CD) da AS-PTA. Hoje é reconhecido como a mais completa fonte nacional de referências sobre desenvolvimento rural sustentável e agroecologia, que

constituem os dois grandes eixos de seu perfil. Com cerca de 20 mil títulos entre livros, periódicos, documentos avulsos, manuais, folhetos e material áudio-visual, o CD funciona como um sistema de perguntas e respostas. Em outras palavras, atende demandas de um público bastante diversificado em todo o país, realizando pesquisa documental, tanto em seu próprio acervo como em articulação com outras fontes (universidades, centros de pesquisa no Brasil e no exterior, etc.). Pretendemos, neste novo Trienal, inaugurar uma nova fase para o CD. Para isto, deverá assumir um papel mais ativo na produção de informação, sobretudo de síntese, com base no acervo já acumulado. Um outro elemento importante será a possibilidade de consultar o acervo à distância, via Internet.

- As Publicações da AS-PTA, através da edição de livros, manuais e folhetos, têm cumprido um papel pioneiro na difusão de temas relacionados ao desenvolvimento sustentado e à agroecologia, tanto para um público de técnicos mais especializados, como para públicos mais amplos. O setor de publicações tem feito um esforço particular (e colhido bons resultados): - de edição de publicações e de constituição de coleções temáticas referenciadas aos programas da entidade e às carências e demandas - tanto teórico-metodológica, como políticas e técnicas - identificadas nos debates e nas intervenções de diferentes agentes atuantes na área do desenvolvimento rural; - de co-edição com editoras comerciais e instituições públicas e universitárias, no sentido de reduzir custos com publicações, aumentar a capacidade de edição e de venda; - de estruturação de um serviço de distribuição e venda, inclusive através da formação de consórcios com outras ONGs e instituições similares. Será dada continuidade a esta política no novo Trienal, inclusive com a re-edição de publicações já esgotadas e a publicação de novos títulos.
- Já se iniciou uma experiência com uma “Home Page”. Esta iniciativa deve ser desenvolvida e aperfeiçoada.

O setor de Gestão Administrativo-financeira

Este setor, que assumiu razoável e reconhecida competência, se encarrega do controle financeiro, da elaboração e execução orçamentária, da gestão de pessoal, da elaboração de relatórios financeiros para as agências financiadoras e da gestão da infra-estrutura e do patrimônio da entidade. Além de gerir o orçamento anual (em torno de US\$ 1.400.000), o setor administrativo-financeiro da AS-PTA, gere também 3 projetos em que se encontram consorciadas diversas entidades da Rede PTA, inclusive a AS-PTA. Além disso, tem prestado assessorias constantes a entidades da Rede PTA e outras ONGs. Durante o novo Trienal buscar-se-á sobretudo o aprimoramento da gestão, particularmente através da instalação de um programa informatizado de controle orçamentário e da capacitação técnica do pessoal da área.

5. A Evolução da Estrutura Institucional

A necessidade de fazer evoluir a concepção de funcionamento da entidade, procurando superar os problemas apontados anteriormente, significa necessariamente introduzir alterações na forma de organizar as instâncias internas de deliberação e de execução do plano institucional. Vai ser preciso enraizar uma cultura institucional um pouco mais formalizada,

despersonalizando processos internos, sem que isso signifique a retirada do lado saudável da autonomia dos programas.

Com a idéia das “transversalidades” consagrada (cf. capítulo anterior) , será preciso ter instâncias ágeis e funcionais que dinamizem e monitorem a nossa ação permanentemente. Desta maneira o Trienal prevê que:

1. As unidades operacionais da AS-PTA sejam os Programas, Projetos e os Serviços. É nestas unidades que se organizam as equipes de trabalho, que se definem os objetivos e atividades específicos e se fazem o planejamento, monitoramento e avaliação detalhados. Estas unidades operacionais se diferenciam em função de diversas características. Assim, por exemplo, para AS-PTA um Projeto é uma ação que tem uma temporalidade definida, geralmente com um recorte delimitado e parcial (no sentido de não focar o conjunto da problemática do desenvolvimento agroecológico). Uma paulatina sedimentação de um projeto no seio da instituição pode dar lugar a um Programa. Esta unidade operacional se define pela sua duração indeterminada, pela sua abrangência maior, etc. Um programa pode abrigar um ou vários projetos. O novo Trienal inclui 5 Programas claramente definidos: Centro-Sul do Paraná, Agreste da Paraíba, Mirandiba, Métodos e Políticas Públicas. Plantas Nativas é, atualmente, um Projeto, desenhando-se nesse mesmo sentido a Rede Agroecologia-Rio.
2. A principal instância de direção da entidade continuará sendo a Diretoria Executiva (DE), composta por duas pessoas. Deverá se criar/manter uma sorte de cultura de consulta flexível múltipla com os Programas, Projetos e Serviços, onde a iniciativa principal (mas não a única) deve estar com a DE.
3. Será implantado o “Conselho de Planejamento e Monitoramento” que deverá ser uma instância de deliberação política e de consulta e monitoramento periódicos, composta pela Diretoria Executiva e todos os Coordenadores de Programa. Deverá haver uma regularidade e até uma certa formalidade no funcionamento desta instância. Ficou definido que, pelo menos num primeiro momento, este Conselho se reunirá a cada 6 meses.

As principais funções da DE definem para ela um perfil eminentemente político, dentre as quais: a representação externa da entidade; o monitoramento de programas/projetos e a indicação de seus responsáveis; questionar/enxergar na frente”; tecer a articulação interna dos programas e outras atividades da entidade; zelar pelo equilíbrio interno da instituição.
4. Será extinto o cargo de Coordenador Regional, diante da constatação de que este último era uma herança do passado que tinha perdido a sua funcionalidade na instituição.
5. Poderão ser montados grupos de trabalho em torno de alguns temas “transversais”, envolvendo pessoas de diferentes programas.
6. Deverá iniciar-se uma redinamização da Assembléia de Sócios, repensando sua composição e papel na entidade. Será preciso procurar uma composição que seja ao mesmo tempo mais presente e mais representativa do conjunto dos atores sociais com os quais se relaciona a entidade. Este aspecto é de fundamental importância para que

consigamos fortalecer a imagem pública da AS-PTA e contarmos com uma instância “interna-externa” estimuladora e moderadora da dinâmica institucional.

6. Objetivos

6.1 – Objetivos de longo prazo

O objetivo de longo prazo da AS-PTA é contribuir para a implantação no Brasil de um modelo de desenvolvimento sustentável, fundado no paradigma técnico-científico da agroecologia e apoiado social e economicamente na agricultura familiar.

Este modelo agrícola deverá ser parte integrante de um modelo de desenvolvimento econômico descentralizado e democrático, onde o desenvolvimento rural integrado será uma peça chave.

As condições para alcançar este modelo são múltiplas:

- Sociais: é preciso manter no campo e mesmo trazer de volta para o campo e as pequenas cidades e aldeias parte da massa de migrantes que foi concentrar-se nas megacidades nos últimos 40 anos. Para isto é necessário uma reforma agrária radical que dê acesso à terra aos milhões de desempregados rurais e urbanos.
- Ambientais: é preciso deter o processo de destruição dos vários biomas que compõem o Brasil ou será muito difícil garantir emprego, renda e alimentos para a população como um todo.
- Organizativas: é preciso que os produtores rurais tenham estruturas organizativas sólidas a nível local, regional e nacional tanto para promover o desenvolvimento sustentável como para reivindicar políticas que o favoreçam. Igualmente, é preciso que os consumidores urbanos sejam capazes de participar organizadamente da cadeia alimentar apoiando uma linha de sustentabilidade para a agricultura.
- Científico-tecnológica-educacionais: é preciso produzir conhecimentos em agronomia e ciências afins integrando o paradigma agroecológico. Para tanto será necessário alterar o ensino destas ciências tanto ao nível técnico como universitário.
- Metodológicas: é preciso uma abordagem participativa para o desenvolvimento capaz de integrar os valores e cultura dos produtores e dando-lhes efetivo poder de decisão.
- Políticas: os partidos políticos deverão integrar da forma majoritária a proposta do desenvolvimento agroecológico de modo a garantir legislação e programas públicos que o favoreçam.
- Financeiras: sem uma reorientação dos fluxos de financiamento a nível nacional e internacional dirigidos à promoção do desenvolvimento rural, a agroecologia ficará sempre como uma expressão marginal da agricultura.

Para alcançar estas condições a AS-PTA sabe que precisará convencer públicos muito variados e amplos: agricultores, consumidores, ambientalistas, cientistas, extensionistas, educadores, políticos, administradores, ONGs, a cooperação internacional, etc... Passo a passo será necessário ir criando alianças com as mais variadas representações destes setores.

Convencer implica em primeiro lugar demonstrar praticamente a viabilidade da proposta agroecológica. A AS-PTA luta para ampliar a escala de sua atuação ao nível do desenvolvimento local para tornar os exemplos os mais visíveis possível. Por outro lado, esta busca de visibilidade passa também por boas sistematizações dos resultados obtidos e boa comunicação já que por maior que seja a experiência local ela não deixa de ser local e para explorá-la a nível mais amplo é preciso investir.

As experiências locais alimentam propostas de programas e políticas públicas e afinam o conhecimento técnico e metodológico que apoiará a sua reprodução ampliada. Em outras palavras, o local só se valoriza quando utilizado para uma proposta mais geral e esta só se legítima quando apoiada no primeiro.

Todas as atividades da AS-PTA se articulam em torno a esta estratégia que utiliza a prática local para acumular conhecimento (técnicas e métodos) e efeitos demonstrativos que são sistematizados e difundidos (comunicação) e transformados em propostas de políticas públicas ou de ações concertadas com outros parceiros da sociedade civil.

Essa atuação em dois níveis é o eixo central da nossa estratégia institucional (Cf. Capítulo 4).

6.2 – Objetivos do Trienal

Como foi lembrado acima, cada Programa, Projeto e Serviço – sendo estas as unidades operacionais da entidade – tem seus objetivos específicos. Mas o Plano Trienal tem objetivos específicos próprios, que se referem ao conjunto da ação da entidade. São eles:

- ◆ Ampliar e consolidar a força e a capacidade propositiva da AS-PTA nos espaços em que atuamos e junto aos diferentes públicos que queremos influenciar. Essa orientação implica uma tarefa prioritária: a mobilização da entidade para valorizar e sistematizar as experiências acumuladas sobretudo no campo metodológico (mas também nos campos técnico, político e teórico) – a “volta para dentro” – preparando a partir daí os conteúdos que serão difundidos para diferentes públicos em distintos espaços e sob diferentes formas – o “jogar para fora”. A “volta para dentro” articulada à irradiação de acúmulos “para fora” como tarefa prioritária, dá ao Plano Trienal um caráter predominante de sedimentação dos acúmulos, que ainda não foram suficientemente consolidados e explorados socialmente pela instituição.
- ◆ Consolidar a ação nos Programas Locais de Desenvolvimento e, onde for possível, expandir a escala destes, de maneira a ampliar a visibilidade e construir novos acúmulos.

- ◆ Criar meios efetivos para superar a segmentação interna (entre programas, equipes, etc.), estabelecendo formas permanentes de integração/interação entre os programas e de participação das equipes em todos os níveis da dinâmica institucional. As unidades operativas (sobretudo os programas e projetos) devem ser concebidos de forma a ensejar interações e fluxos contínuos de idéias e de pessoas.
- ◆ Incorporar ao conjunto dos Programas da AS-PTA e, particularmente, àqueles que trabalham os temas de métodos e políticas públicas, o novo enfoque da “transversalidade”. Neste ponto, esperamos poder difundir mais amplamente alguns acúmulos gerados em períodos anteriores, sobretudo no campo dos métodos.
- ◆ Reforçar a estrutura organizacional da entidade. Neste caso merecerão especial atenção a redinamização e a ampliação da Assembléia Geral e do Conselho de Direção da AS-PTA.
- ◆ Consolidar e dinamizar o Centro de Documentação e as publicações, enquanto serviços voltados para a circulação da informação e a irradiação mais ampla das propostas da entidade. A implantação de uma “homepage” dinâmica e atraente deve fazer parte da mesma idéia. Estas atividades devem conformar o embrião de um futuro Programa de Comunicação.
- ◆ Ampliar a nossa articulação com o “meio social”, por meio duma ativa participação em diversas Redes e também por meio duma postura cada vez mais ativa no campo da comunicação.

7. Plano de ação

7.1 – Os programas de Desenvolvimento Local

7.1.1 O programa do Centro-Sul do Paraná

7.1.1.1 – Balanço do período 1993-1998

Num balanço geral, o programa tem conseguido motivar e capacitar as organizações dos trabalhadores para atuarem, elas mesmas, na promoção do desenvolvimento. Os demais resultados são decorrência desta capacidade de ação dos movimentos. A experiência colou numa dinâmica social forte que vinha do começo dos anos oitenta e que estava relativamente esgotada, mas não morta. O programa foi feliz em ter sido capaz de revitalizar e potencializar esta dinâmica.

A participação dos agricultores nos distintos espaços públicos de participação institucional tem sido fundamental (por exemplo, em 1998, no Seminário sobre Transgênicos, e o Encontro Latino- Americano sobre Plantio Direto na Pequena Propriedade). Há, com esse esforço permanente, a perspectiva de que os movimentos venham paulatinamente incorporando a lógica de trabalho ao se relacionar com os órgãos públicos e isso vem sendo reconhecido pelas organizações regionais. Nesse sentido, o conteúdo agroecológico é o pano de fundo da ação política dos movimentos, sendo esta fortemente respaldada pelo processo de experimentação de propostas inovadoras para o manejo dos agroecossistemas e pelas atividades de

capacitação. A ação política dos movimentos regionais, nessa ordem de idéias, deve estar colada às iniciativas para a geração e a difusão de propostas concretas para o enfrentamento da problemática vivenciada pela agricultura familiar e essas sendo geradas nos processos locais, envolvendo ampla participação das comunidades.

O caso da relação com o IAPAR¹ é exemplar nesse sentido. Segundo a concepção adotada, o processo de relacionamento em curso com este Instituto só terá chances de se consolidar e dar bons frutos se as próprias organizações dos agricultores forem capazes de se fazerem presentes e ativas, cobrando novos conteúdos e métodos de trabalho mais adaptados a sua situação específica. O papel da AS-PTA tem sido, nesse caso, o de estimular as relações diretas entre movimentos e a instituição estadual de pesquisa, evitando, ao máximo, a função de intermediários.

Para dar efetividade a essa estratégia é preciso que os movimentos incorporem as propostas agroecológicas em processo de experimentação na região e passem a lutar por elas. Em caso de apropriação dessas propostas pelos movimentos, o próprio processo social se encarregará de gerar as condições para projetá-las publicamente por entre as comunidades e municípios. Isso ainda não se deu com a intensidade necessária, apesar dos bons resultados técnicos já alcançados. Existe, em realidade, um movimento cíclico, de altos e baixos, de incorporação das propostas pelos movimentos. Essa incorporação não se faz com base nas suas lideranças nem nas estruturas formais. Ela se dá nos processos sociais e culturais que ocorrem ao nível das comunidades. Por isso, temos que privilegiar uma ação fortemente fincada nesses espaços, compreendendo suas dinâmicas e suas peculiaridades.

O movimento cíclico é natural de toda a dinâmica social. Nosso papel, nesse caso, será o de suavizar as “ondas”, aproximando a dinâmica do trabalho com as comunidades, dando mais estabilidade ao processo social em busca de alternativas sustentáveis. Em uma avaliação geral do processo ao nível regional, isso vem se dando aos poucos, mas de maneira crescente.

A experimentação participativa tem sido, nesse processo, um elemento de extrema importância. É ela que vem dando o caráter concreto no debate sobre o desenvolvimento. Como ela parte de problemas dos sistemas produtivos, possibilita uma interlocução direta com as famílias, nas comunidades, rompendo com o tradicional monopólio de relações entre as assessorias e as estruturas formais dos movimentos. Isto efetiva-se especialmente através das atividades de formação que se dão ao nível da comunidade, do município e da região. Também são importantes neste processo os instrumentos de comunicação (vídeo, folhetos, programas de rádio, etc.).

Por outro lado, cabe dar destaque a alguns elementos do processo político mais geral. Os Congressos Regionais dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foram elementos inovadores neste âmbito. Eles contribuíram para que o programa regional de desenvolvimento agroecológico fosse apropriado por diferentes grupos sociais: sindicalistas, mulheres, jovens, grupos informais e representantes de associações comunitárias. Os debates do Segundo Congresso (realizado em 1998), em particular, estiveram bastante vinculados ao trabalho de experimentação em curso na região. Nesses debates, os jovens foram os que tiveram a atuação mais destacada enquanto formuladores de propostas para ação articulada para os próximos três

¹ IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

anos, fato esse reconhecido pelos sindicalistas. As associações e os grupos informais também marcaram presença destacada na formulação de propostas. As dinâmicas municipais de associações comunitárias (por exemplo, nos municípios de Irati, Bituruna e Rebouças) têm colocado a possibilidade de ações articuladas ao nível municipal, algumas vezes passando por fora dos STRs (os casos de Irati e de Rebouças). As mulheres agricultoras participaram nos diferentes grupos temáticos, havendo um esforço para que sejam suas especificidades levantadas nesses espaços.

Para além do campo dos movimentos, coloca-se claramente a possibilidade de ações articuladas junto a prefeituras, notadamente dos municípios de Palmeira e União da Vitória.

Hoje está colocada a necessidade de reforçar o trabalho ao nível municipal, buscando “costurar” os êxitos obtidos em comunidades e ao nível regional. Isto nos leva à necessidade de intensificarmos as ações de formação e outras atividades a serem executadas no município, com base em uma dinâmica horizontalizada “de agricultor a agricultor”.

O trabalho de medicina popular, com uma importante utilização de ervas medicinais (a bioenergia) é outro componente importante do trabalho, que vem provocando bastante repercussão ao nível regional. O movimento popular se apropriou desse método, o que tem possibilitado sua rápida irradiação social, surgindo assim o Programa Regional de Medicina Popular. Esse Programa não está diretamente vinculado às atividades do nosso Programa Local, mas mantém com ele uma estreita colaboração. Como a discussão sobre bioenergia vem sendo afinada com a de agroecologia (alimentação, os problemas dos agrotóxicos, uso dos químicos na alimentação animal, etc.), o conteúdo agroecológico tem sido veiculado com eficiência por esse trabalho, tanto nas comunidades rurais quanto em meio urbano.

7.1.1.2 – A área de atuação, os principais parceiros e o público

A área de atuação direta do Programa abrange 11 comunidades, onde o trabalho de experimentação participativa e geração de propostas é mais intensa. O trabalho alimenta uma dinâmica mais ampla, que atinge 15 municípios da região Centro-Sul do estado do Paraná. Esta atuação mais abrangente baseia-se na ação de Sindicatos, associações e movimentos (jovens, mulheres, pastorais, etc.), que se articulam no Fórum de Organizações de Trabalhadores/as Rurais da região. Atualmente o trabalho atinge aproximadamente 1.800 famílias. Durante o Trienal esperamos expandir a nossa ação para aproximadamente 4.000 famílias. É importante salientar que a capacitação é um elemento crucial do trabalho, que se manifesta de diversas formas e em diversos níveis. Por isso ela não aparece como uma linha de trabalho específica, mas como uma atividade que permeia todas as outras.

7.1.1.3 - Os eixos de trabalho

a) Recursos genéticos:

A semente é um insumo básico para as lavouras. Na região do Centro-Sul a “modernização” tem promovido a perda de muitas variedades e introduzido o hábito de comprar sementes no mercado. A consequência disto para a agricultura familiar tem sido uma crescente fragilidade econômica e também técnica. Esta linha de trabalho se inscreve num esforço para reverter esse

processo, por meio do resgate de variedades locais (principalmente de milho e de feijão) e fortalecer o auto-abastecimento das unidades familiares por meio de campos de produção de sementes. Essa atividade é crucial tanto pela sua importância técnica, quanto pela sua capacidade de maior irradiação e capilaridade nas comunidades rurais de vários municípios. Para o triênio, faz-se necessário consolidar uma dinâmica regional organizada pelos agricultores para intercâmbio de recursos genéticos e de informações a esse respeito.

b) Manejo dos solos:

Os solos da região apresentam baixa fertilidade natural, e elevadas taxas de alumínio e acidez. Entre os agricultores familiares existe o uso intensivo do fogo para eliminar restos de cultivos, que junto com a erosão são fatores que reduzem mais ainda a produtividade agrícola. Muitos agricultores adotam algumas práticas agroquímicas para elevar a produtividade dos solos, mas como são caras, os resultados deixam muito a desejar. Frente a esta situação, AS-PTA vem estimulando um amplo processo de experimentação participativa de algumas técnicas ecológicas de manejo de solos: plantio direto sem uso de herbicidas, sub-dosagens de calcário e fosfato natural, adubação verde de inverno e de verão, etc.

Buscaremos, neste Trienal, qualificar as propostas técnicas, ainda que os resultados e formulações alcançados nesse campo, em alguns aspectos, já estejam bem encaminhados. Para isso faz-se necessário continuar o esforço de sistematizar nossas hipóteses e dúvidas. A interação com o IAPAR e com a EMBRAPA-Agrobiologia poderá ter um papel muito positivo nessa procura. Temos vários textos para serem prontamente publicados.

c) Cultivos ecológicos:

Muitos cultivos importantes na região utilizam hoje quantidades importantes de insumos agroquímicos. Isto encarece a produção, não resolve necessariamente os problemas dessas lavouras, além de significar uma ameaça para os consumidores e, em primeiro lugar, para a própria família. Neste contexto, a produção ecológica (sem insumos químicos) apresenta-se como uma alternativa que pode ser interessante. Estão sendo obtidos resultados promissores nos cultivos de milho, feijão, batata e cebola. É preciso, nesse triênio, ampliar a escala de experimentação e difusão dessas propostas.

d) Produção animal:

A criação animal está presente na grande maioria das unidades familiares. Os rebanhos são diversificados (bovinos, suínos, eqüinos para tração e aves). Predominam as raças crioulas, em muitos casos com elevado grau de consangüinidade. Também existem problemas no manejo alimentar e sanitário. No município de Rebouças está em curso um programa de distribuição de matrizes e reprodutores suínos, articulado com algumas atividades no campo da nutrição e de controle de parasitas. Para o triênio, a perspectiva é construir uma ação mais efetiva sobre esse tema, tomando como ponto de partida o caso de Rebouças.

e) Manejo florestal:

Nos municípios mais ocidentais da nossa zona de atuação, os remanescentes florestais cobrem quase 40% das terras. Já na parte oriental esta proporção baixa para 25%. Porém, no bioma da região (araucária) existe ampla diversidade de árvores madeiráveis e de plantas medicinais. Também faz parte do patrimônio local a erva mate, que tem uma grande importância, tanto econômica quanto cultural, para a agricultura familiar da região. Neste contexto, continuaremos desenvolvendo e difundindo, junto com os agricultores, as propostas de

produção agroflorestal da erva-mate e de plantas fitoterápicas nativas, no quadro do PD/A². Serão produzidos um vídeo e uma cartilha sobre o assunto.

f) Gestão/Comercialização:

Para fortalecer a economia familiar não basta apenas produzir; também é necessário vender a um preço compensador. Ao se lançarem na produção ecológica, os agricultores estão criando novos produtos para a região, para os quais é necessário buscar comprador. Este tema passará a ser incorporado sistematicamente no presente Trienal, começando pelos cultivos da erva-mate e do feijão preto ecológico. Já há uma demanda formulada em vários municípios, principalmente São Mateus e Bituruna (erva-mate) e Cruz Machado (feijão). Em 1999 será incorporada uma profissional à equipe para atuar exclusivamente nessa área.

g) Comunicação social:

Os processos de geração e difusão de inovações, de capacitação e de mobilização, que têm dado novo impulso à dinâmica da AF na região, precisam ser alimentados permanentemente com informação local ou geral. Para tal, será dada continuidade à produção sistemática de materiais de comunicação para apoiar e dinamizar o processo participativo na região. Nesse campo, deverão ser produzidos materiais pedagógicos para auxiliar o trabalho dos agricultores promotores. Também investiremos na melhoria dos programas de rádio que os STRs já produzem na região. No triênio será incorporado um profissional à equipe para atuar exclusivamente nessa área.

h) Desenvolvimento metodológico:

Cabe, nos Programas Locais da AS-PTA, um esforço de sistematização dos processos que estão ligados de alguma maneira ao trabalho. Uma primeira tarefa neste campo metodológico consiste em fazer um esforço de qualificação das hipóteses técnicas. Faz-se necessário formularmos melhor as hipóteses que fundamentam o nosso trabalho técnico. Os diagnósticos iniciais apenas nos indicam um caminho, mas não resolvem o problema da formulação técnica. Ao mesmo tempo, consideramos que temos acumulada uma experiência interessante em diversos aspectos metodológicos, o que merece esforço de sistematização e de posterior divulgação.

i) Políticas públicas:

Embora pouco ajudem a agricultura familiar, impactam na região políticas municipais, estaduais e federais em diversos âmbitos (crédito, educação, extensão, etc.). Por outro lado, o desenvolvimento sustentável precisará de políticas públicas que o favoreçam. No contexto regional, poder-se-ia pensar, em alguns casos, numa capacitação e fortalecimento do poder de negociação dos agricultores para que tenham acesso a certas políticas (algumas linhas oficiais de crédito, por exemplo). Ao mesmo tempo, esse tipo de trabalho fornece elementos interessantes para a formulação de propostas alternativas. As deliberações do Segundo Congresso das Organizações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da região, mencionado anteriormente, deverão orientar as ações nesse campo. A AS-PTA tem uma contribuição decisiva a dar nesse aspecto. Será preciso, por exemplo, apoiar o Fórum a refletir e explicitar por escrito necessidades no campo do crédito. Outro tema a ser debatido junto ao Fórum é a política de pesquisa e extensão rural. As experiências dos Planos de Desenvolvimento

² PD/A : Projeto Demonstrativo / A, com financiamento do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o PPG 7.

Municipal de Palmeira, Rebouças e União da Vitória, devem ser refletidas e analisadas criticamente pelo movimento (local e estadual). Neste último caso merecerão especial atenção os Programas Municipais de Sementes, que estão sendo implementados em parceria com a prefeitura e a EMATER, em Palmeira e União da Vitória.

j) Fortalecimento do Fórum:

Como já foi dito anteriormente, o Fórum dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais é a maior expressão regional da organização da AF. Muitas das atividades descritas anteriormente fortalecem direta ou indiretamente o Fórum. Mas outras iniciativas são dirigidas especificamente para este fim. Como exemplo disto podemos mencionar os programas regionais de capacitação mais gerais e sobre desenvolvimento sustentável, destinado para lideranças. Também mencionaremos a realização de Congressos a cada dois anos, assim como de outros eventos públicos importantes, que “mostram a cara” da organização regional.

7.1.2 O Programa de Desenvolvimento da AF no estado da Paraíba

7.1.2.1 – Balanço do período 1993-1998

A promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas e o fortalecimento da capacidade de ação dos atores locais são os objetivos primeiros do programa, que tem a questão da geração e irradiação de inovações – técnicas e organizativas - como eixo da presença da AS-PTA na região.

Inicialmente escolhemos atuar na escala municipal. A intervenção começou pelos municípios de Solânea e Remígio, expandindo-se posteriormente para o município de Lagoa Seca. Do ponto de vista do presente Trienal pretende-se manter a concentração nesses três municípios. Mas já começa a se manifestar um interesse em outros municípios.

Os 3 municípios acima mencionados são extremamente diversificados do ponto de vista ambiental: existem na parte mais oriental áreas mais úmidas, enquanto que a porção ocidental é seca. A intensa seca ocorrida em 1998 agravou o quadro de extrema dificuldade em que vive mergulhada a agricultura familiar na região.

Do ponto de vista intra-municipal tivemos, em um primeiro momento, uma ação dispersa em cada município. A nossa atuação obedecia a uma lógica estreitamente vinculada às bases dos STR's. Mais recentemente esta lógica evoluiu, obedecendo a duas modalidades que se complementam:

- concentração em áreas de maior densidade de experimentação, ganhando-se, por consequência, maior densidade social no processo de inovação tecnológica;
- continuidade de ações geograficamente dispersas em alguns temas como por exemplo, sementes, “cisternas de placas”, diversificação de cultivos (todos com capacidade de ampla irradiação ao nível municipal).

No campo das inovações técnicas *strictu sensu*, trabalha-se com propostas com diferentes níveis de maturidade. Há um grande número de propostas em processo de amadurecimento e de integração, começando a se constituírem em sistemas alternativos. Há uma dinâmica de

experimentação relativamente ampla, com mais de 80 agricultores envolvidos. Os temas que tocam um número de famílias mais amplo (aproximadamente 400) são o trabalho de sementes e de diversificação dos cultivos.

A não inclusão da questão dos recursos hídricos entre as prioridades programáticas desde o início das atividades constituiu uma grande falha. Também ficaram a descoberto as questões relacionadas à transformação e à comercialização.

No que diz respeito ao fortalecimento dos processos de organização, podemos citar alguns avanços importantes. Por exemplo, temos constatado que os bancos de sementes têm tido um papel muito positivo de dinamização das associações comunitárias. Os sindicatos, por sua vez, incorporaram a questão da produção em suas agendas, mas as nossas relações com eles têm passado por muitos altos e baixos. A partir de 1997, decidimos abrir mais o leque das parcerias, intensificando as relações tanto a nível das comunidades como junto a outros parceiros locais, sem abandonar o trabalho com os STRs dos 3 municípios de atuação. Isto significou um passo à frente importante. Mas ainda há muito por fazer neste campo. Por exemplo, será necessário desenvolver uma dinâmica de capacitação que permita articular melhor as questões técnicas e de desenvolvimento com a dinâmica e estrutura sindicais.

A colaboração com diversos órgãos públicos, como EMATER, EMBRAPA, IPA, Universidade e prefeituras, tem se revelado penosa e com poucos resultados. Mas, apesar de tudo existem avanços. Por outro lado, tem sido possível abrir o leque de nossas “alianças” e parcerias. Um exemplo recente é o trabalho conjunto com a paróquia e os grupos de catequese de Solânea. Há ainda a perspectiva de uma parceria promissora com o CIRAD³, sobre os temas da inovação tecnológica, reciclagem de nutrientes e diagnóstico da comercialização.

Um dos acúmulos ressaltados pela equipe é o uso sistemático de diagnósticos temáticos que têm sido muito úteis no desenho de propostas. O início da sistematização destes e de outros processos é recente e ainda há muito o que fazer.

7.1.2.2 – A área de atuação, os principais parceiros e o público

O Programa Paraíba atua diretamente em 3 municípios – Solânea, Remígio e Lagoa Seca – do Agreste da Agricultura Familiar da Paraíba⁴. Os principais parceiros são os respectivos STRs, diversas associações comunitárias e a Paróquia de Solânea. Atualmente o trabalho atinge cerca de 400 famílias dos 3 municípios. Esperamos atingir em torno de 700 famílias no fim do triênio. Ao mesmo tempo, a ação do Programa se faz sentir, de forma mais discreta, em alguns municípios vizinhos e também junto a outras organizações do estado da Paraíba, via Articulação do Semi-Árido Paraibano.

³ CIRAD – Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agonômica para o Desenvolvimento.(França).

⁴ Esta micro-região situa-se imediatamente ao norte da cidade de Campina Grande.

7.1.2.3 - Os eixos de trabalho:

a) Recursos Genéticos

Como em outras regiões, a semente é condição básica para estabelecer os roçados. Mas na região, o principal problema encontrado é a falta de semente na hora de plantar, o que gera dificuldades múltiplas. Este eixo de trabalho se propõe enfrentar esta questão ajudando a estruturar um sistema de bancos de sementes, principalmente de feijão. Ao mesmo tempo, também prevê ações visando o resgate e multiplicação de variedades locais ameaçadas e a melhoria das condições de armazenamento. Os acúmulos gerados na nossa área de atuação têm resultado no crescimento da demanda também em outras regiões do Estado. No Triênio buscar-se-á expandir o número de bancos de sementes nos 3 municípios e, ao mesmo tempo, daremos assessoria para criar e reestruturar bancos em regiões próximas à nossa área de atuação. Também será intensificado o trabalho de resgate de variedades de feijão e será iniciado o resgate de variedades locais de outras espécies cultivadas (amendoim, fava, etc.)

b) Diversificação e cultivos ecológicos

Houve na região diversas culturas de renda que foram desaparecendo. Atualmente existe um interesse grande na busca de alternativas neste campo. Esta linha tem promovido a experimentação de diversas alternativas, como o inhame e o amendoim. Ao mesmo tempo, não basta esta procura de “novas” culturas: também é preciso garantir uma maior sustentabilidade dos roçados. Neste sentido, estimula-se o consórcio do inhame e do amendoim com outros cultivos, mas também de outras culturas como a batatinha. Outras atividades incluem experimentos que buscam aprimorar o manejo da fertilidade dos solos e o controle de pragas, sem recorrer aos insumos agroquímicos. Para o triênio essa busca de alternativas para a diversificação será intensificada. Ao mesmo tempo, procuraremos difundir mais amplamente as culturas do inhame (nas áreas mais úmidas) e do amendoim (naquelas mais secas). Também estaremos desenvolvendo propostas para a produção orgânica de batatinha e erva-doce.

c) Agroflorestação

Dado o intenso desmatamento existente na região e também o interesse demonstrado pelos agricultores no plantio de árvores e o potencial que isto representa, estabelecemos como objetivo deste eixo de trabalho fazer crescer significativamente, quantitativa e qualitativamente, a componente arbórea nos diversos sistemas produtivos. Isto significa aumentar o número de árvores presentes nos sistemas (crescimento quantitativo). Esperamos também fazer com que esta componente tenha uma utilidade cada vez maior para a família e para o meio (crescimento qualitativo). Esta utilidade maior pode se traduzir em renda (por exemplo, com estacas de sabiá), em forragem (com diversas espécies), fruta para autoconsumo e venda, recuperação de áreas degradadas com bosquetes, etc.

d) Criação animal

A criação animal (principalmente de bovinos), presente em quase todas as unidades familiares, é um elemento de equilíbrio para estas. Nestas circunstâncias, buscar-se-á reforçar a componente animal por meio do desenvolvimento de propostas que aumentem e diversifiquem a produção forrageira. Ao mesmo tempo, procuraremos consolidar propostas que permitam beneficiar e estocar forragem. Estas idéias devem contribuir para dar maior resistência e segurança para os rebanhos. Por outro lado, o interesse e a evolução dos sistemas apontam

para uma importância crescente da componente animal. Prevemos então para o Trienal uma ampliação importante das atividades desta linha.

e) Recursos Hídricos

A água para consumo humano e animal, assim como o risco climático para a produção agrícola e forrageira, são problemas que ocuparam um lugar ainda mais destacado recentemente, devido às secas intensas que foram vividas na região. Decidimos, para o próximo triênio, reforçar a nossa atuação neste campo. Neste sentido, merecerá destaque o trabalho com a construção de cisternas de placas para coleta e armazenamento de água de chuva para uso doméstico, proposta que tem ótimo potencial para difusão em escala bastante ampla. Também serão trabalhadas propostas de aprimoramento do manejo d'água para agricultura de sequeiro.

f) Gestão

Um processo de desenvolvimento mais sustentável para a AF da região vai requerer, para além da inovação necessária nos sistemas produtivos, o desenvolvimento de outros instrumentos. Dada a situação de grande pobreza das famílias da região, o crédito aparece como o tema prioritário neste campo. Durante o triênio, a meta será desenvolver um sistema de crédito (provavelmente no formato de Fundos Rotativos) que, ao mesmo tempo, considere as características do público e também garanta uma certa sustentabilidade. Um segundo tema que poderá ser abordado é o da organização para beneficiar e/ou comercializar o produto.

g) Capacitação de Agricultores e Lideranças e Fortalecimento das Organizações Locais.

Este eixo de trabalho tem por objetivo complementar o trabalho de geração e consolidação de inovações tanto técnicas quanto de organização social. Ele se organiza para atender a 3 tipos de público. No caso dos agricultores-experimentadores, buscar-se-á o fortalecimento da capacidade inovadora, por meio de informação técnica pertinente e instrumentos metodológicos apropriados. Para os/as agricultores/as em geral, a capacitação terá por meta a difusão de inovações técnicas e também o fortalecimento das organizações comunitárias. Finalmente, o público de lideranças da região: o processo de capacitação buscará ajudar esse público a entender melhor e se apropriar do conjunto do processo, com o intuito de desenvolver uma maior capacidade de formulação de propostas e de interlocução junto aos poderes públicos e junto à opinião pública local (ou seja, desenvolver uma maior capacidade de ação política).

h) Articulação e Irradiação da Experiência

Com este eixo procura-se criar condições favoráveis para alimentar o trabalho nos 3 municípios. Também busca-se criar condições favoráveis para que os acúmulos deste trabalho possam ser difundidos para outros municípios ou regiões. Para isto caberá desenvolver e consolidar as relações já estabelecidas com diversas instituições de pesquisa da região. Também caberá investir esforços na animação da Articulação do Semi-Árido Paraibano, que vemos como um instrumento valioso, tanto para alimentar como para difundir a nossa experiência. Dentro desta perspectiva, adquire importância a sistematização das experiências, através de textos e meios audiovisuais.

h) Influência sobre políticas públicas

São dois os âmbitos a serem enfocados no próximo Trienal: o município e a região/estado. No nível municipal buscaremos a construção de referenciais para o trabalho em áreas de

assentamento rural e o desenvolvimento de propostas concretas para o debate ao nível dos Conselhos Municipais. Num nível mais amplo existem três âmbitos onde esperamos poder influenciar: o programa (estadual) de sementes, o Programa Lumiar para assentamentos de Reforma Agrária e o Programa de Recursos Hídricos. Em todos os três já temos condições de participar e influenciar com a apresentação de idéias e propostas específicas.

i) Desenvolvimento Metodológico

Como no caso do Programa do Centro-Sul do Paraná, cabe aqui a sistematização dos diversos acúmulos gerados no processo. Isto deverá iniciar-se com o processo de monitoramento participativo que tem sido o objeto de um trabalho em parceria com o IIED⁵. Posteriormente serão abordados outros temas.

7.1.3 O Programa de Desenvolvimento Local de Mirandiba (Sertão Central de Pernambuco)

7.1.3.1 - Antecedentes

Este programa nasceu como uma iniciativa centrada no tema do manejo dos recursos hídricos para a região semi-árida (programa temático). Como tal, desenvolveu um trabalho de levantamento de inovações técnicas referidas ao tema (inventário). Constatou-se que este eixo de trabalho, embora desligado de demandas de comunidades específicas, foi de grande utilidade. Foram identificadas respostas generalizáveis a problemas bastante comuns. Como exemplos podemos citar as cisternas de placas, o uso da semente da moringa no tratamento da água, os cacimbões, bombas d'água manuais, etc. Neste caso particular, a oferta de tecnologia pode transcender as especificidades locais, ao contrário de técnicas agrônômicas ou mesmo as alternativas para o manejo de água na agricultura de sequeiro, sempre muito influenciadas pelas condições ambientais e socio-econômicas locais.

Mas o Programa concentrou uma parte importante dos seus esforços no desenvolvimento de metodologias para trabalhar com este assunto. Foi assim, por exemplo, que desenvolveu uma metodologia de diagnóstico específica para o tema dos recursos hídricos. Também trabalhou com planejamento participativo. E foi justamente esta componente metodológica que criou os vínculos deste Programa com a atuação local. Convidados desde 1995 pela Prefeitura para trabalhar no município de Mirandiba, foi ali que o Programa consolidou sua atuação. Depois de realizar o diagnóstico em diversas comunidades, implementamos nelas um Planejamento Participativo. Ao mesmo tempo passamos a atuar no Conselho Municipal de Desenvolvimento, o que deu a nossa ação em Mirandiba um caráter municipal.

Assim, o Programa de Manejo de Recursos Hídricos foi se transformando num programa de desenvolvimento local estrito senso. Ele tem a particularidade de trabalhar o desenvolvimento a partir do manejo dos recursos hídricos, um recorte temático mais estreito que os outros dois Programas Locais. Neste triênio ele começa a operar plenamente desta forma.

⁵ IIED - International Institute for Environment and Development (Inglaterra)

7.1.3.2 - A área de atuação, os principais parceiros e o público

O Programa atua prioritariamente no município de Mirandiba, no Sertão Central de Pernambuco. Atualmente ele atinge, de forma direta, 8 comunidades num total de aproximadamente 180 famílias. Ao mesmo tempo, o trabalho direto tem uma repercussão mais ampla no município, por meio do Conselho de Desenvolvimento Municipal e da colaboração com a Prefeitura. Neste caso, os principais parceiros são associações comunitárias. Num segundo plano, está a colaboração com a Prefeitura e com outros atores do cenário local (STR, Movimento de Mulheres, etc.). No novo triênio procuraremos expandir a ação direta para mais 8 comunidades, para totalizar aproximadamente 300 famílias.

Além de Mirandiba, foco prioritário da ação, o Programa atuará em sintonia com o Programa de Desenvolvimento Local da Paraíba, na região do Agreste. Desta forma, estamos considerando os dois focos de ação na estratégia deste Programa, nutrindo-se a ação local de Mirandiba com os acúmulos do Programa da Paraíba que, por sua vez, ao definir os recursos hídricos como um dos seus temas prioritários, estará aproveitando os acúmulos gerados em Mirandiba.

7.1.3.3 - Os eixos de trabalho:

a) Captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano e para os animais. O consumo humano de água é responsável por boa parte do tempo gasto pelas comunidades rurais durante a estiagem. Este trabalho penaliza sobretudo as mulheres. Por outro lado, a qualidade da água para consumo humano possui uma relação direta com a saúde. Estas razões nos levam a continuar trabalhando, no presente Trienal, com a construção de cisternas (em Mirandiba e na Paraíba) e também no reforço e melhoramento dos tanques⁶ (na Paraíba), para aumentar a captação e o armazenamento de água de boa qualidade. Também será difundido o uso da semente da moringa, com o objetivo de fornecer um meio de limpar a água barrenta. Uma segunda forma de consumo humano é o da água para outros consumos domésticos (lavar roupa, higiene, etc.). Neste caso, o trabalho visará um melhor planejamento do uso das fontes, assim como o melhoramento de algumas infra-estruturas específicas (local para lavar roupa, por exemplo).

Embora seja menos perceptível à primeira vista, a demanda por água para os animais também é muito importante no Sertão. Comparada com a demanda para consumo humano, as quantidades requeridas são maiores, mas a exigência na qualidade, menor. Por isso, as alternativas são mais diversas que no caso anterior. O Programa promoverá a reativação ou perfuração de cacimbões e, eventualmente, de poços, onde isto for necessário e possível. Também promoveremos o melhoramento de pequenas obras de captação de águas de superfície: barreiros, pequenos açudes, etc.

b) Diminuição dos riscos da agricultura de sequeiro

Nas nossas áreas de trabalho em Mirandiba e na Paraíba, raros são os casos onde a agricultura é irrigada. Mas a agricultura de sequeiro comporta enormes riscos, dada a natureza semi-árida

⁶ Construção tradicional que visa a captação e o armazenamento d'água aproveitando áreas de pedra ou rocha.

do clima. Neste contexto é importante atuar para diminuir o risco no plantio de sequeiro. Para isso, no triênio promoveremos e apoiaremos a construção de barragens subterrâneas e barragens filtrantes, que representam uma maneira de melhor valorizar as áreas de baixio ou baixadas. Também trabalharemos para assegurar a disponibilidade da semente adaptada no momento certo, através da formação de bancos de sementes comunitários ou grupais. Também trabalharemos com estratégias de captação de água *in situ*, por meio de técnicas que permitam um melhor manejo de água nas parcelas agrícolas (barreiras vegetais, barreiras de pedra, etc.).

c) Fortalecimento das organizações de agricultores/as

Como nos outros programas locais, em Mirandiba o papel das organizações no processo de desenvolvimento é crucial. Mas o protagonismo destas não está dado de antemão. Por isso, estamos prevendo uma série de atividades que têm por objetivo fortalecer estas organizações. Neste sentido estaremos promovendo o apoio à gestão de fundos rotativos de crédito para diversas finalidades (cisternas, barragens subterrâneas, sementes, etc.). Também utilizaremos os intercâmbios entre comunidades (intra e intermunicipais).

O recurso da visita de intercâmbio também será útil num trabalho de fortalecimento das organizações municipais dos agricultores/as, como por exemplo, o STR e o Movimento de Mulheres.

d) Influência sobre as políticas públicas municipais e fortalecimento das instâncias de participação cidadã.

Em Mirandiba existe um Conselho Municipal de Desenvolvimento. Tendo sido Mirandiba indicado para participar de um projeto piloto dentro de um grande programa de desenvolvimento rural (PCPR)⁷, o Conselho tem se tornado um órgão de gestão de recursos destinados ao desenvolvimento do município. AS-PTA participa deste Conselho e tem tido um papel no fortalecimento deste espaço como lugar de real participação das comunidades rurais. Durante o triênio deveremos continuar participando do Conselho, além de implementar outras iniciativas que possam contribuir para o seu fortalecimento. Uma destas é a discussão do Orçamento Participativo.

Por outro lado, a Prefeitura de Mirandiba, como tantas outras do interior brasileiro, encontra muitas dificuldades para funcionar. Para isto concorre a diminuição de verbas, a estrutura arcaica montada no passado, a cultura política, etc. Mas, apesar destes problemas, esta Prefeitura tem mostrado disposição para atuar na promoção de um maior bem-estar da população. Temos aproveitado no passado desta abertura para estimular a Prefeitura a construir cisternas. Pensamos que é possível consolidar e aprofundar este tipo de ação, tanto na multiplicação do número de cisternas, como na implementação de outras propostas (como, por exemplo, a barragem subterrânea). Um segundo tema de colaboração é a saúde, por meio da respectiva Secretaria. Iniciamos e daremos continuidade neste Trienal à capacitação dos agentes de saúde no município para o uso da semente da moringa para a limpeza da água.

⁷ O Programa de Combate à Pobreza Rural é um grande programa co-financiado pelo governo brasileiro e pelo Banco Mundial. Ele atua nos 8 Estados nordestinos e em Minas Gerais. Em Pernambuco ele é gerido por um órgão especial: o PRORURAL.

Ao mesmo tempo, na Paraíba, haverá um esforço para sensibilizar as autoridades locais sobre a utilidade da cisterna. Os Conselhos Municipais de Solânea, Remígio e Lagoa Seca também serão trabalhados no triênio, por meio do apoio e assessoria aos STRs locais..

e) Intercâmbio e irradiação da experiência

Como já foi dito anteriormente, o trabalho da AS-PTA na Paraíba já se encontra integrado no “corpus” das atividades deste Programa, aproveitando os acúmulos gerados em torno da questão dos recursos hídricos.

Mas existem outros atores sociais que podem se beneficiar desta experiência, em maior ou menor medida. Mencionaremos a Prefeitura e o Movimento sindical e comunitário de Afogados da Ingazeira (PE) e Tauá (CE), onde existem trabalhos semelhantes e que podem, ao mesmo tempo, alimentar o nosso trabalho e também aproveitar dos seus acúmulos.

Por outro lado, o trabalho tem despertado o interesse de diversas instituições que atuam no Estado ou fora dele: FETAPE, PRORURAL, CÁRITAS, ONGs diversas). A nossa própria articulação em diversas redes (Rede PTA, Articulação Água, Articulação do Semi-Árido Paraibano) favorece este tipo de contato, constituindo canais de via dupla para circulação de informação.

f) Desenvolvimento metodológico

Esta linha já tem trabalhado bastante o Diagnóstico de Recursos Hídricos. Caberá neste triênio a redação de um texto sobre o tema (cf. item 7.2.1 Programa do Enfoque Participativo). Por outro lado, caberá também dar maior consistência à metodologia do planejamento participativo, de ações de manejo dos recursos hídricos a nível comunitário. Deveremos ainda iniciar a reflexão sobre um planejamento de recursos hídricos a nível do município.

7.2– Os Programas Transversais

7.2.1 Programa da abordagem participativa para a promoção do desenvolvimento agrícola sustentável

7.2.1.1 – Balanço

Esse programa parte da hipótese de que os programas locais de desenvolvimento agroecológico necessitam de uma nova abordagem metodológica e enfoques conceituais uma vez que a maior parte dos métodos e conhecimentos aplicados convencionalmente se caracterizam por sua ineficiência. A necessidade de pensar o desenvolvimento local com uma perspectiva de inclusão e de cidadania e de sustentabilidade social aponta para a participação ativa dos agricultores nos programas como uma necessidade .

A partir da fusão de conceitos de várias “escolas” ou maneiras de pensar o desenvolvimento agrícola criou-se o DRPA⁸, que foi o primeiro produto deste programa. Esta metodologia terminou por se difundir por entre muitas ONGs e órgãos públicos vinculados à promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Em outros temas que fazem parte de um

⁸ Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas

processo de desenvolvimento, tais como experimentação, difusão, formação, etc., houve uma série de iniciativas interessantes, mas pouco foi sistematizado.

Foram desenvolvidas algumas adaptações do DRPA a temas específicos (como o DRP Ambiental e de Recursos Hídricos), mas não tiveram o mesmo nível de difusão. Houve também um acúmulo significativo no tema do monitoramento participativo das atividades desenvolvidas pelos programas locais. Por outro lado, como já foi dito, temos encontrado uma certa dificuldade em sistematizar e aprofundar teoricamente os diversos processos que vêm sendo desenvolvidos e testados pela AS-PTA nos seus programas locais.

Externamente somos reconhecidos como uma instituição de referência no domínio de metodologias participativas e por isso temos sido muito procurados para ministrar cursos, palestras e consultorias. Ocorre que este trabalho, além de demandar um enorme esforço e de muitas vezes desviar as energias da entidade, tem um resultado muito incerto, pois a apropriação por terceiros tem sido muito limitada e parcial. Nesse sentido, vai ser preciso que selecionemos melhor os canais para a difusão dos nossos acúmulos de forma a não dispersarmos nossas energias, potencializando nossa capacidade de irradiar os acúmulos no campo metodológico.

A partir desta reflexão, vimos que a difusão do nosso enfoque sobre as abordagens participativas para o desenvolvimento local é ainda limitada e incompleta. Não temos conseguido apresentar este nosso enfoque de maneira mais completa. Ao mesmo tempo, os que se interessam muitas vezes buscam mais o lado instrumental e técnico das abordagens e não tanto a concepção de desenvolvimento e participação/cidadania que elas envolvem e/ou pressupõem.

Para superar estes problemas vai ser preciso fundamentar melhor a nossa concepção. Essa fundamentação não pode ser feita de forma desconectada dos processos em curso nos programas locais. Pelo contrário, são esses mesmos processos que deverão alimentar a construção teórica desses fundamentos, o que exigirá um esforço intensivo de sistematização e crítica de nossas práticas metodológicas.

Isto tudo faz com que a sistematização dos acúmulos tenha sido escolhida como prioridade para este Programa. Esta sistematização da nossa experiência no uso da abordagem participativa para o desenvolvimento local, deve integrar os diferentes enfoques metodológicos utilizados numa visão mais estratégica. Pela dimensão envolvida, este trabalho não pode ser tocado por um programa ou uma só pessoa, mas pela instituição como um todo. É preciso sim um esforço articulador de forma a que se estabeleçam as sinergias necessárias para que possamos superar nossas deficiências. Este deve ser o espírito deste Programa.

Mas, por outro lado, não precisamos esperar que se faça essa fundamentação para que já possamos difundir alguns dos métodos e instrumentos já experimentados e validados na prática. É o caso, por exemplo, de alguns diagnósticos temáticos e do monitoramento participativo.

7.2.1.2 - Os temas e as atividades

Os temas priorizados para o Trienal foram reunidos em quatro grupos, usando como critério o grau de maturidade do nosso acúmulo:

- Temas para sedimentação:

Trata-se dos temas sobre os quais temos experiência prática, mas sobre os quais necessitamos aprofundar a reflexão, explicitando os conceitos e princípios neles subjacentes. Neste caso o primeiro tema priorizado foi: Estratégia de intervenção dos Programas Locais de Desenvolvimento. O objetivo neste caso será produzir e publicar uma síntese da nossa visão sobre a questão. Num primeiro momento, cada programa local (Centro Sul do Paraná, Paraíba e Mirandiba) fará o seu esforço particular de sistematizar, levando à produção de 3 textos. Em seguida, será produzido um texto síntese após realização de um seminário interno de aprofundamento e síntese sobre o assunto.

O segundo tema deste grupo se refere à experimentação participativa. Neste caso existem acúmulos nos diversos Programas Locais, que deverão ser valorizados no processo de sistematização.

- Temas para socialização:

Este grupo inclui aqueles temas nos quais já temos acúmulos em pelo menos um programa e que precisam ser repassados para os outros. A socialização também servirá para um público externo.

Os temas priorizados, para o Trienal, foram: a) Formação de agricultores no contexto do programa local e b) Monitoramento participativo. O tratamento de cada um destes temas implicará a sistematização dos acúmulos sobre formação de agricultores no Paraná, e sobre monitoramento na Paraíba. Posteriormente se fará em cada caso um esforço de sedimentação da discussão, de registro e difusão.

- Temas por acumular:

Trata-se dos temas sobre os quais ainda não temos experiência sistemática mas sobre os quais necessitamos acumular. Neste caso, o tema priorizado foi o processo de formulação das hipóteses subjacentes ao trabalho no campo técnico. Este processo deve iniciar-se na Paraíba, através da discussão da reorganização das linhas de trabalho da equipe local e, em seguida, agregar os resultados com os esforços já feitos pelos Programas do Paraná e de Mirandiba.

- Sistematização de ferramentas:

Neste caso, estamos nos referindo aos instrumentos metodológicos desenvolvidos e aplicadas por diferentes programas da entidade. Dois destes instrumentos são: o Diagnóstico Rápido e Participativo de Recursos Hídricos e o Diagnóstico Ambiental Rápido e Participativo. Estamos prevendo a finalização e publicação dos textos já iniciados.

- Relações sociais de gênero na agricultura familiar:

O tema das relações sociais de gênero insere-se na pauta de preocupações do novo Trienal. Essa preocupação foi sendo incorporada progressiva e desigualmente às reflexões e práticas da entidade principalmente nos últimos dois anos. Existe hoje uma visão razoavelmente ancorada institucionalmente de que as relações de gênero constituem um tema importante e transversal à realidade do desenvolvimento da agricultura e que deve ter esse mesmo estatuto de importância e transversalidade nos programas da entidade. Algumas atividades em curso no campo das metodologias participativas, da segurança alimentar, do manejo da biodiversidade, da formação de agricultores(as) promotores(as) evidenciam a necessidade de qualificar o nosso enfoque sobre o tema, tanto teórica como praticamente. Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, que consigamos construir a nossa própria reflexão de maneira sistemática e articulada numa espécie de “aproximações sucessivas” ao tema, visto que isto não nos chegará pronto através de especialistas. Essa reflexão deverá ter como ponto de partida o que estamos fazendo concretamente e que percepções e representações nós e nossos parceiros (agricultores e agricultoras) temos a respeito da questão de gênero na agricultura familiar. Trata-se de fundar nossa problemática a partir do campo específico em que se dão nossas práticas e nossa reflexão crítica, e também a de nossos parceiros, sendo essa uma condição necessária para que possamos valorizar e dialogar inteligentemente com as experiências existentes fora da AS-PTA e com a literatura disponível, de forma a não nos descolarmos da realidade sócio-econômica, cultural, etc. onde atuamos.

No horizonte do novo Trienal a AS-PTA visa a construir um ponto de vista e uma política própria sobre relações sociais de gênero na agricultura familiar, de forma a conferir qualidade e consistência ao enfoque de gênero no conjunto das atividades da entidade.

Para isso, estamos prevendo a realização de um estudo que possa gerar subsídios, a partir de nossa prática e também de uma revisão bibliográfica. O produto dessa primeira iniciativa será objeto de um debate institucional (através de “workshops” e publicações) que visará à revisão crítica desse aspecto de nosso trabalho, e iniciará um processo que permitirá dar maior relevo à questão em nossa estratégia de intervenção local. Contamos associar a este esforço institucional de forma sistemática nossas distintas parcerias nos programas locais, bem como as entidades da Rede PTA no quadro dos Fóruns Regionais.

7.2.2 Programa Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

7.2.2.1 - Balanço

O programa de políticas públicas tem-se caracterizado por uma enorme diversidade de iniciativas, em torno de vários temas, tendendo a incorporar mais os níveis nacional e internacional e muito pouco (e bem recentemente) a dimensão local.

Os públicos a que se orienta o programa também tem sido muito variados, com alguma ênfase na CUT/CONTAG e em programas do governo federal. Tem havido uma significativa presença da AS-PTA em diversas iniciativas ao longo dos anos, e isto permitiu afirmar uma imagem de competência específica da instituição em alguns temas. Mas fora isso é discutível o efeito concreto obtido em muitos casos. Constata-se que temos funcionado, neste âmbito,

quase sempre por reação a oportunidades criadas e que as energias despendidas são desproporcionais. Tomando um exemplo concreto, podemos dizer que, no caso do nosso investimento junto ao MSTR a nível nacional, o acúmulo é pequeno.

Constatamos também que os programas locais podem enriquecer as propostas para políticas públicas em vários níveis, não apenas no municipal. Por outro lado, verificamos a necessidade de se dar um destaque maior à formulação de políticas públicas ao nível dos municípios, já que muitas das decisões na área da agricultura e do desenvolvimento estão se municipalizando. Isto tem obrigado o MSTR, e os movimentos sociais no campo como um todo, a se preocuparem com elas, sem que disponham de experiência e formação para fazê-lo corretamente por agora.

Concluimos que, para o presente Trienal, é necessário selecionar e restringir os temas de intervenção. Também será importante definir bem os âmbitos desta intervenção, priorizando os espaços municipais sem esquecer os nacionais. O balanço destas prioridades será difícil de estabelecer, mas devemos fazer um esforço neste sentido.

O eixo orientador de nosso enfoque a respeito das políticas públicas será “agricultura familiar vinculada à questão da sustentabilidade e da agroecologia”. As políticas públicas que nos interessam, portanto, são aquelas que incidem direta ou indiretamente sobre esse eixo e que aparecem na esfera pública envolvendo diferentes atores sociais.

Para delimitar o programa, estabelecendo prioridades temáticas, será preciso fazermos um balanço entre as questões colocadas no universo do nossos programas locais e as questões macro (de âmbito estadual, regional ou nacional). Nesse balanço, entretanto, teremos de fazer uma ponderação, dando mais ênfase às questões locais, na medida em que são principalmente elas que fornecerão “matéria-prima” para nossa atuação ao nível macro.

Sete temas importantes fazem parte deste Programa e, portanto, deste Trienal. No entanto, AS-PTA decidiu priorizar três destes temas – crédito, recursos genéticos, formação de lideranças -, que serão apresentados em primeiro.

7.2.2.2 - O tema do crédito

O nosso enfoque sobre esse tema deverá privilegiar o seu tratamento a partir do âmbito local dos nossos programas e não a partir de um enfrentamento ao nível nacional para o qual, julgamos, ainda não temos acúmulos suficientemente sólidos. É um tema que está na ordem do dia tanto nos nossos programas locais como no debate nacional. Além do mais é um tema extremamente mobilizador. Por isso, no curso desse Trienal, devemos considerá-lo como uma das prioridades.

Existem iniciativas promovidas tanto pelos programas locais quanto em outros espaços. Existem também várias referências interessantes fora da AS-PTA que precisam ser valorizadas.

Existe atualmente, junto ao BNDES, um contato que poderá ter desdobramentos interessantes. Iniciamos com agentes do banco uma discussão sobre o que seria um crédito para a

agricultura familiar, que contemple a concepção do desenvolvimento sustentável e da agroecologia. Nessa relação devemos ser prudentes, para não correr o risco de atropelar os processos locais. Pensamos em organizar seminários para debate de diferentes experiências inovadoras de crédito com essa concepção. Nesse processo há a necessidade de que os agricultores se façam ouvir e representar.

Do ponto de vista dos programas locais existe a discussão sobre crédito emergencial devido aos efeitos do El Niño no Paraná e os fundos rotativos na Paraíba.

Algumas atividades estão previstas para este Trienal, com o objetivo de fazer amadurecer esta questão. A meta é de implantar 2 ou 3 programas piloto, até o fim do Trienal. Para tal será feito um levantamento de experiências inovadoras. Também será produzido um documento crítico sobre as políticas atuais de crédito com o intuito de subsidiar a formulação de alternativas para implementação experimental local. No final do trienal pensamos na realização de um seminário em torno do tema: bases para uma proposta de sistema diferenciado de crédito para um desenvolvimento agrícola sustentado.

7.2.2.3 – Recursos genéticos, acesso à semente e biodiversidade

O trabalho na área de sementes apresenta algumas distinções básicas entre o Programa da Paraíba e o do Paraná. Na Paraíba enfoca-se com bastante ênfase a questão da disponibilidade de sementes. Esse aspecto não faz parte das preocupações no Paraná, que centra suas atividades fundamentalmente na questão da variabilidade genética dos cultivos. Essa distinção traz algumas implicações do ponto de vista prático. Na Paraíba trabalha-se, por exemplo, com bancos de sementes comunitários. Esse trabalho, no entanto, tem permitido introduzir a preocupação sobre a variabilidade genética e também tem sido um apoio à introdução de novos cultivos (por exemplo, o inhame). Existe uma forte preocupação em acompanhar e em intervir nos Programas de Abastecimento de Sementes do Estado. No Paraná, por sua vez, o enfoque do trabalho está centrado no tema da manutenção da variabilidade e, do ponto de vista das políticas públicas, há uma ação efetiva contra a entrada dos transgênicos no estado.

Ao nível nacional existem várias campanhas contra os transgênicos. Apesar de nacionais, elas são puxadas basicamente por entidades do Sul-Sudeste. Nossa idéia será a de apoiar a articulação das ações dessas diversas campanhas e qualificá-las no que toca ao modelo de desenvolvimento tecnológico da agricultura.

Por outro lado, o trabalho com recursos genéticos realizado pelos Programas Locais do Paraná e da Paraíba permitiu uma série de acúmulos interessantes na área do manejo da biodiversidade nos sistemas agrícolas (não só nas sementes).

Desta maneira, durante o Trienal será feita a sistematização do trabalho com bancos de sementes na Paraíba. Também haverá um esforço semelhante no tema da conservação, melhoramento produtivo e uso de recursos genéticos (de plantas nativas e cultivadas) na agricultura familiar. Também contamos implementar uma série de atividades sobre o tema dos “transgênicos” (ou OGMs – organismos geneticamente modificados). Finalmente, estamos pensando na preparação de um seminário nacional sobre políticas públicas e alternativas de conservação e uso da biodiversidade.

7.2.2.4 – Articulação das lideranças que participam de experiências inovadoras de desenvolvimento rural

De forma geral, os diversos programas de desenvolvimento local investem algum tempo na formação técnica dos agricultores, mas muito pouco na formação política, de forma a qualificá-los para atuarem no campo das políticas públicas para o desenvolvimento agrícola sustentável. No nosso Programa do Paraná, esse esforço já está sendo desenvolvido há algum tempo envolvendo por volta de 50 agricultores.

No triênio faremos um esforço mais sistemático nesse campo, estimulando outras ONGs parceiras a fazerem o mesmo. Isto permitiria alcançar um objetivo importante: o de criar uma nova dinâmica de relacionamento entre lideranças dos movimentos, uma dinâmica que seja fundada nas experiências concretas de desenvolvimento agroecológico. Neste sentido, pensamos em articular, junto com outras entidades parceiras, duas reuniões amplas de intercâmbio, envolvendo lideranças que trabalham em experiências alternativas de desenvolvimento.

7.2.2.5 – Manejo de recursos hídricos

O programa de recursos hídricos (atualmente o Programa de Mirandiba) conseguiu acumular experiência em torno deste tema e hoje já podemos fazer um contraponto mais qualificado com a visão prevalecente nas políticas públicas voltadas para o enfrentamento dos efeitos da seca, basicamente fundadas em grandes obras hidráulicas.

Existem várias instâncias de participação no que se refere ao planejamento do manejo de recursos hídricos. Por exemplo, os próprios Conselhos Municipais e os Comitês das Bacias Hidrográficas. Precisamos ser mais efetivos na comunicação das nossas propostas e do nosso enfoque, inclusive apoiando a formulação de planos que os contemplem.

A essência da ação do Programa em torno deste tema se dará na construção do contraponto acima referido. Para tal, será preparado um estudo sobre as políticas públicas hoje existentes neste domínio. Assim, a sistematização da nossa ação em Mirandiba (já referida no item sobre este Programa) deverá permitir o contraponto com a ação pública.

7.2.2.6 – Segurança Alimentar

Em nossos programas locais, várias das atividades poderiam ser analisadas com base no recorte da “segurança alimentar”, ainda que não tenham sido planejadas com esse referencial. Não temos ainda uma leitura amadurecida do nosso trabalho com base nesse enfoque. Por outro lado, a AS-PTA esteve presente na constituição e coordenação do Fórum Nacional de Segurança Alimentar que, entre outras coisas, prevê a formação de fóruns estaduais que se encarregarão de formular políticas voltadas para a segurança alimentar.

O que podemos levar, como acúmulo institucional, para o debate ao nível nacional/estadual ? Qual é a escala em que devemos focar essa questão? Ao nível da unidade produtiva, de

comunidades, de municípios, ou mesmo ao nível nacional? O que significa para nós os diagnósticos de segurança alimentar ao nível municipal? Até que ponto o debate nacional poderá apoiar os programas locais nessa dimensão dos seus respectivos trabalhos? Todas essas questões precisam ser aprofundadas para que possamos entrar nessa discussão com uma opinião mais qualificada. Esta será a nossa meta para o triênio.

Assim, teremos de problematizar e sistematizar o que está sendo feito ao nível dos programas locais. Isto será a matéria prima para produzir um documento que apresente de forma mais precisa o nosso enfoque (níveis de abordagem, conceitos, métodos, etc.).

7.2.2.7 – Pesquisa agrícola

Nesse tema temos duas frentes de trabalho a serem tocadas:

- a) trazer a pesquisa para o “nosso campo”, junto aos nossos programas locais, o que será um fator de fortalecimento destes últimos ;
- b) fazer a crítica ao sistema de pesquisa, tanto no que toca aos seus conteúdos quanto aos métodos.

O tema da experimentação participativa tem sensibilizado diversos órgãos de pesquisa. Isso favorece uma aproximação desses com os nossos trabalhos. Existe ainda a perspectiva de financiamentos para parcerias em pesquisa (por meio do PRODETAB, o PRONAF-pesquisa, o Programa Agricultura Familiar (Programa 9) da Embrapa e outros). No Estado do Rio, uma iniciativa em andamento (que tem o apoio financeiro da Finep/Faperj) tem permitido a consolidação de uma rede voltada para pesquisa e extensão em agroecologia no Estado, da qual a AS-PTA está participando ativamente.

É preciso que favoreçamos a interlocução dos movimentos sociais com os órgãos de pesquisa. Este processo está mais avançado no Paraná. Esse tema já surgiu com bastante ênfase e o Fórum Regional irá produzir um documento para circular entre o IAPAR e a EMATER. A AS-PTA apoiará esta atividade, ajudando a preparar um documento sobre o que deveriam ser a pesquisa e a extensão para a agricultura familiar da região.

Outra importante linha de ação é a sistematização de nossos processos de experimentação participativa, visando uma série de publicações específicas. Essas sistematizações serão insumos fundamentais no embate com os órgãos oficiais sobre o processo de pesquisa para a agricultura familiar.

É preciso também estruturarmos interações entre os programas para debater o nosso enfoque de pesquisa em determinados temas técnicos (p.ex.: Sementes).

7.2.2.8 – Políticas voltadas para o Desenvolvimento Local

Já temos algumas experiências interessantes nessa temática. O impacto das políticas públicas sobre o desenvolvimento local foi avaliado em um projeto específico no município de Rebouças-PR. Também no Paraná houve uma assessoria à Prefeitura de Palmeira para a

formulação de um Plano de Desenvolvimento Municipal. O diagnóstico realizado em Lagoa Seca-PB também trouxe uma importante experiência no que toca à análise participativa da agricultura do município, condição básica para o planejamento participativo voltado para o desenvolvimento da agricultura municipal em bases agroecológicas. Em Mirandiba-PE estamos com uma participação ativa no Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Vários aspectos podem ser explorados nessas experiências e em outras em que eventualmente viremos a participar. Por exemplo, será importante discutir, a partir das diferentes experiências, qual tem sido o nosso papel nos Conselhos, ou na relação com o poder local e com os movimentos.

Mas, para o triênio, os nossos esforços estarão concentrados em torno da questão dos Planos Municipais de Desenvolvimento, mesmo sabendo que este tema é apenas uma parte do tema bem mais abrangente. A meta é ter uma ação mais efetiva na definição deste tipo de Programa a nível local. Para tal, o primeiro passo será fazer circular entre os vários programas informação a respeito das experiências com Planos de Desenvolvimento Municipais (Rebouças e Palmeira, no Paraná; Lagoa Seca, na Paraíba; e Mirandiba, em Pernambuco).

7.3– Os Projetos

7.3.1 O projeto Plantas Nativas do Nordeste

7.3.1.1 – O conteúdo do Projeto

A idéia original de montar um projeto de difusão de informação remonta a 1992. Naquela época foi formulada uma proposta, em conjunto com várias outras entidades (os principais sendo a Universidade Federal de Pernambuco, a Associação PNE⁹, e o Jardim Botânico “Kew Gardens”) que tinha um perfil bastante “clássico”: buscava levar aos “usuários” – no nosso caso os agricultores familiares – a informação gerada pela pesquisa sobre o tema das plantas nativas.

O projeto, depois de vários anos de negociação, foi aprovado nos moldes acima referidos. Mas, para AS-PTA, era importante fazer evoluir esta concepção. Foi assim que fomos moldando este trabalho a uma concepção diferente, aproveitando que a proposta original já previa uma atuação local concreta. Assim a idéia central, para AS-PTA, passou da difusão ampla acima referida para as seguintes questões: como valorizar as plantas nativas numa lógica de desenvolvimento agroecológico? Esta idéia pode se desdobrar em outra: como mobilizar as comunidades para um uso e manejo das plantas nativas que as preservem?

Esta evolução significou uma mudança de ênfase. Sem eliminar a idéia de uma circulação ampla de informação, nós estamos dando prioridade aos processos locais. Nas duas dimensões o trabalho guarda algumas semelhanças. Ele começa com atividades que têm por objetivo o conhecimento da demanda e a mobilização dos interlocutores. Num segundo momento, se dá a identificação e a preparação da informação pertinente às demandas levantadas. Em seguida, vem a etapa da implementação de atividades de “difusão” que podem assumir diversas formas.

⁹ Associação Plantas do Nordeste (Pernambuco)

Para terminar o ciclo, vem a etapa da avaliação do processo, que deve alimentar um novo ciclo.

7.3.1.2 – Os eixos de trabalho:

O projeto implementa dois grandes eixos: o trabalho local ou iniciativas demonstrativas e a difusão mais ampla. Já mencionamos que a prioridade atual é o primeiro eixo. A seguir detalharemos as atividades referidas a cada eixo.

a) Implementação de iniciativas locais de uso, manejo e preservação de plantas nativas.

Este trabalho começa com uma leitura da situação no local. Para tal está sendo desenvolvido um instrumento específico: o Diagnóstico Participativo das Plantas Nativas. Este primeiro passo serve, ao mesmo tempo, para identificar oportunidades de ação e para mobilizar as comunidades em torno do tema. Em seguida vem a busca de informação pertinente, que muitas vezes está nas próprias comunidades. O passo seguinte diz respeito ao desenho e planejamento das iniciativas concretas de valorização da vegetação nativa. Estas podem ser de natureza bem diversa: desde visitas de intercâmbio onde é valorizada uma experiência local interessante, até a produção de mudas ou outras formas de produzir o material necessário, passando pela organização de eventos de capacitação e a produção de folhetos, etc..

Atualmente estão em andamento duas iniciativas deste tipo, na área de atuação da AS-PTA, na Paraíba. Em ambos os casos já foi realizado o primeiro passo dos diagnósticos. A primeira iniciativa tomou a forma de um trabalho de re-arborização de unidades familiares, tendo como parceiros locais os STRs e Associações de agricultores dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca. Este caminho, definido a partir do diagnóstico, está nos seus passos iniciais. Ele continuará se desenvolvendo durante o Trienal. A segunda iniciativa está se estruturando em torno das plantas medicinais, tendo como contrapartes locais os Grupos de Catequese da Paróquia de Solânea. Neste caso, as atividades a serem implantadas referir-se-ão ao cultivo experimental de plantas medicinais nas comunidades e à implantação de uma horta para produção de mudas no Centro de Catequese de Solânea. Estas atividades deverão evoluir inclusive para a preparação de remédios.

Está prevista a implementação de outras iniciativas semelhantes. Uma delas será com AMAS (Associação Menonita de Ação Social) no Agreste de Pernambuco. Também manifestou interesse o SASOP, ONG da Rede PTA que atua na Bahia. Em ambos os casos AS-PTA terá um papel de apoio e assessoria metodológica, partindo dos acúmulos gerados nas iniciativas mencionadas anteriormente.

b) Difusão ampla de informação sobre as plantas nativas

Assim como no caso anterior, a intenção é começar este tipo de trabalho pelo conhecimento dos usuários e da demanda. Neste caso, o usuário já não é tanto a família rural, mas sim os atores que denominamos de “intermediários” que trabalham no campo. Estes intermediários poderão ser ONGs (da Rede PTA, por exemplo) ou ainda organizações de agricultores, órgãos de extensão, etc. Depois do primeiro passo vem a busca e preparação da informação, o planejamento e implementação das atividades de difusão e a avaliação do processo.

O tema das plantas nativas é bastante vasto. No trabalho já foi possível identificar um interesse bastante forte pelas plantas medicinais, por plantas forrageiras e produtos de madeira (principalmente lenha). Entretanto, é no tema das plantas medicinais onde a pesquisa e algumas ONGs têm acumulado mais informação interessante. Este será o primeiro tema a ser abordado por este eixo de trabalho.

7.4- Os Serviços

7.4.1- O Setor de informação, comunicação e difusão

Dissemos anteriormente que a estratégia da AS-PTA postula uma ação ampla (ou “macro”), partindo de experiência acumulada mais localmente. Os Programas e Projetos descritos no capítulo anterior materializam esta experiência local e uma parte da reflexão e sistematização feita a partir dela. O passo seguinte é fazer circular esta informação. Neste contexto, a ambição deste Trienal é de melhorarmos nossa expressão pública. Partindo do acervo que a entidade já tem no campo da documentação e das publicações, buscar-se-á a elaboração de uma política de comunicação social e difusão dos conteúdos de trabalho da entidade. A nossa intenção é de ir criando, durante o Trienal, uma ação mais integrada de comunicação social, partindo dos elementos que já existem.

7.4.2– O Centro de Documentação (CD)

O CD funciona atualmente como um sistema de perguntas e respostas. Em outras palavras, atende demandas de um público bastante diversificado em todo o país, realizando pesquisa documental, tanto em seu próprio acervo como em articulação com outras fontes (universidades, centros de pesquisa no Brasil e no exterior, etc.). Mas esta forma precisa evoluir para integrar o CD no espírito de comunicação social institucional mencionado acima. Assim, neste novo Trienal, buscaremos inaugurar uma nova fase para o CD. Para isto, ele deverá assumir um papel mais ativo na produção de informação, sobretudo de síntese, com base no acervo já acumulado. Uma atividade a ser inaugurada será a produção de “informes bibliográficos” temáticos destinados a subsidiar a ação de técnicos e outros agentes de desenvolvimento “a campo” ou a fornecer de forma mais construída e aplicada elementos de reflexão sobre diferentes questões relacionadas ao desenvolvimento rural e à agroecologia. Na pauta já se encontram informes sobre manejo de solos, agroflorestação, análise de impactos econômicos, relações de gênero na agricultura familiar, dentre outros. Uma outra iniciativa importante será a possibilidade de consultar o acervo do Centro de Documentação a distância, via Internet.

7.4.3 - Publicações

Como já foi referido nos capítulos iniciais, o setor de Publicações da AS-PTA tem cumprido um papel importante na difusão de informação e referências sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentado e à agroecologia. Tem atendido tanto a um público de técnicos mais especializados, como públicos mais amplos. O setor de Publicações tem feito um esforço particular (e colhido bons resultados): - de co-edição com editoras comerciais e instituições

públicas e universitárias, no sentido de reduzir custos com publicações, aumentar a capacidade de edição e de venda; - de estruturação de um serviço de distribuição e venda, inclusive através da formação de consórcios com outras ONGs e instituições similares. Será dada continuidade a esta política no novo Trienal, inclusive com a reedição de publicações já esgotadas e a publicação de novos títulos.

7.4.4 – A “Homepage”

AS-PTA iniciou em 1998 a elaboração de uma “homepage” experimental. Esta experiência foi útil. Agora a ambição é de montar uma página institucional, capaz de se alimentar dos acúmulos gerados pelo trabalho da entidade. Este instrumento será peça importante na estratégia de comunicação mencionada acima, inclusive como veículo de disponibilização do Centro de Documentação da AS-PTA.

7.4.5 – O Setor administrativo-financeiro

Tanto interna como externamente, o setor administrativo-financeiro da AS-PTA tem sido avaliado de forma bastante positiva em suas funções de controle da execução orçamentária, de elaboração de relatórios financeiros, de gestão do patrimônio e da infra-estrutura da entidades, etc. Ao mesmo tempo tem prestado assessoria técnica tanto a entidades da Rede PTA, como a outras ONGs com as quais se relaciona a AS-PTA.

O presente Plano Trienal aponta para o enfrentamento de duas deficiências principais no setor:

- a) na área orçamentária e contábil, a elaboração de um “software” que constitua um instrumento ágil de gestão e planejamento financeiro da entidade em seu conjunto e dos diferentes projetos que fazem parte de seu leque de financiamento;
- b) na área de pessoal, ampliação da equipe, implantação de um programa de estágios e criação de oportunidades de capacitação e reciclagem técnica.

7.5– A participação em redes e articulações

Durante o triênio anterior, a Rede PTA promoveu um amplo processo de avaliação das entidades e da própria Rede. Este processo culminou com o Seminário Final da Avaliação, acontecido no segundo semestre de 1998. Este evento iniciou uma discussão sobre uma nova configuração e o aprimoramento da Rede e as mudanças que seriam necessárias para isto.

Este processo iniciar-se-á com um seminário nacional para discutir a reorganização da Rede PTA, a ser realizado em 1999. Este evento deverá traçar as principais diretrizes para os próximos anos, tanto quanto aos conteúdos a serem trabalhados prioritariamente como sobre as formas de organização da Rede. Paralelamente, continuarão acontecendo articulações em torno de diversos temas (“transgênicos”, manejo de água no Semi-Árido, monitoramento, apicultura, gênero, etc.) Estas agrupamentos temáticas, geralmente puxadas por entidades da Rede, organizam suas próprias agendas. Geralmente incluem momentos de reflexão sobre a

prática. Também podem ser organizadas atividades que visam uma interlocução com os formuladores e implementadores de políticas públicas em diferentes níveis.

Ao mesmo tempo AS-PTA participará das atividades correntes dos Fóruns regionais Sul, Sudeste e Nordeste da Rede PTA.

A participação da AS-PTA neste conjunto de atividades se dará de forma diferenciada. Estamos ajudando na montagem do Encontro nacional da Rede. Estaremos presentes com mais ênfase nas articulações e atividades que estejam mais diretamente vinculadas com temas que são prioridade para o Trienal. Assim, por exemplo, AS-PTA estará bastante envolvida nas atividades conjuntas com outras entidades em torno de temas, como os “transgênicos” e, de forma mais geral, do manejo dos recursos genéticos; crédito para a agricultura familiar, monitoramento participativo, relações de gênero.

RECOPE: para o Trienal, a AS-PTA projeta consolidar as relações com suas parcerias, buscando influenciar a Rede no campo político-institucional e metodológico. Pretende-se ainda influenciar as políticas públicas para a agricultura familiar, em particular através do programa de assessoria técnica aos assentamentos.

Durante o triênio a entidade manterá a sua participação em diversas articulações e redes. As principais são: Rede Mata Atlântica, Fórum das ONGs e Movimentos Sociais. Também manteremos participação na IFOAM e o CLADES, retirando-os, como já referido, das tarefas de coordenação.

8. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação deste Trienal serão feitos em diversos níveis. O primeiro destes níveis se situa nos diversos Programas, Projetos e Serviços, que são as unidades operacionais da AS-PTA. Cada uma dessas unidades tem o seu cronograma de atividades ligado ao ciclo de planejamento, monitoramento e avaliação. Mas em cada caso existem momentos específicos dedicados à reflexão sobre o andamento do trabalho. No caso dos Programas e Projetos, os diferentes parceiros participam destas atividades.

A informação produzida por cada unidade operacional sobre o andamento das atividades alimenta o monitoramento e a avaliação institucional do Trienal, que acontece nas reuniões do Conselho de Planejamento e Monitoramento, a cada 6 meses. A reunião do final do ano (que geralmente ocorre em dezembro) porá especial ênfase na realização do balanço global da atuação da entidade durante o ano. Este balanço será sempre feito à luz do presente Plano e da evolução do contexto no qual se insere a nossa ação. Ao mesmo tempo, a Diretoria Executiva acompanhará o acionar da entidade de maneira continuada.

O Relatório Anual Institucional é o terceiro nível e, ao mesmo tempo, instrumento de monitoramento. Por sua vez, ele se alimenta e consolida a informação e a reflexão produzida nos dois níveis anteriores. Também prestará conta das principais atividades realizadas.

Espera a AS-PTA, já no ano 2000, ter revigorado o corpo de seus associados para uma participação mais efetiva nas etapas de planejamento e avaliação da entidade.

ANEXO – Plano Trienal 1999 – 2001

Principais Metas para 1999

◆ Programa do Centro-Sul do Paraná

a) Recursos genéticos:

- Implantação de 100 campos de semente de feijão e 150 campos de semente de milho.
- Realizar 4 cursos municipais e 10 cursos comunitários sobre produção de sementes.
- Apoiar a realização de 3 Feiras Municipais de Intercâmbio de Sementes.
- Implantar os ensaios de competição e avaliação de variedades (15 de milho e 15 de feijão).
- Iniciar o trabalho de caracterização genética do milho, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina.

b) Manejo dos solos

- Expandir o processo de experimentação participativa, passando de 90 para 150 experimentos de agricultores.
- Realizar 2 Encontros Regionais, 3 cursos municipais e 20 dias de campo sobre práticas de manejo ecológico do solo.
- Ampliar a difusão das práticas de sub-dosagem de calcáreo e adubação verde para atingir aproximadamente 400 famílias.

c) Cultivos ecológicos

- Promoção do Primeiro Encontro Regional de Cultivos Ecológicos.
- Iniciar a experimentação com novos cultivos (para além do milho/feijão, a batata e a cebola): arroz e verduras.
- Implantar aproximadamente 100 experimentos de agricultores nesses cultivos.

d) Produção animal

- Avaliar o Programa Municipal de Apoio à Criação Animal do município de Rebouças.

e) Manejo florestal

- Realizar 2 Encontros Regionais de Experimentadores.
- Difusão da proposta de manejo sustentável da erva-mate, por meio de mutirões de formação.
- Apoiar a realização de 8 eventos de formação do Programa Regional de Medicina Alternativa (bioenergia).

f) Gestão/Comercialização

- Sistematizar a legislação que regula a produção e a venda da erva-mate e do feijão.
- Identificar possibilidades de mercado para erva e feijão “ecológicos”.
- Apoiar iniciativas de comercialização em 3 municípios.

g) Comunicação social

- Produzir 6 “vídeos processo” sobre diversos assuntos (Romaria da Terra, manejo sustentável da erva-mate, cultivos ecológicos, agro-floresta).
- Produzir um livro sobre o tema do manejo da erva-mate.
- Publicação de 1 cartilha e 3 folhetos técnicos sobre o tema de manejo ecológico dos solos.
- Iniciar uma atividade de assessoria regular a 5 STRs na preparação dos seus programas de rádio.

h) Desenvolvimento metodológico

- Iniciar a sistematização dos processos de capacitação de agricultores, com a realização de um seminário interno sobre o tema. (Cf. Programa da Abordagem Participativa, a seguir).
- Assessorar o Programa de Formação da CUT em 3 municípios da região.

i) Políticas públicas

- Apoiar o Fórum Regional na promoção de mobilizações de agricultores em 11 municípios, sobre o tema do acesso ao crédito (Pronafinho).
- Estruturar, junto com o Fórum, uma primeira versão de texto referencial para pautar as relações entre as organizações de agricultores e os órgãos de pesquisa e extensão na região.

j) Fortalecimento do Fórum Regional

- Assessorar e apoiar a preparação e a realização da 14^a. Romaria da Terra do Paraná

◆ Programa do Agreste da Agricultura Familiar da Paraíba

a) Recursos Genéticos

- Apoio para a revitalização de 16 bancos comunitários de feijão.
- Instalação de 9 novos bancos comunitários. (As atividades com bancos de feijão deverão atender 320 famílias).
- Implementar o resgate e multiplicação de 6 variedades locais de feijão.
- Multiplicar e distribuir mudas de plantas medicinais, beneficiando 30 famílias do município de Solânea (apoio do Projeto Plantas Nativas).
- Estruturação ou revitalização de quintais domésticos em 5 comunidades (inclusive instalação de hortas de plantas medicinais).

b) Diversificação e cultivos ecológicos:

- Implantar 30 experimentos participativos sobre a cultura do amendoim.
- Ampliar o número de beneficiários dos bancos de sementes de inhame de 140 para 200.
- Implantar 20 experimentos de produção de batatinha ecológica na região.
- Experimentar o óleo de abacate no combate ao pulgão da erva-doce junto a 10 agricultores.

- Beneficiar 15 famílias com o Fundo Rotativo de esterco, no município de Lagoa Seca.
- c) Agrofloretação
- Produzir e distribuir 20.000 mudas de espécies nativas e exóticas. (apoio do Projeto Plantas Nativas).
 - Acompanhar os experimentos de aléias e agroflorestas domésticas junto a 15 famílias.
- d) Criação animal
- Continuar a experimentação de formas de aumentar a produção de forragem em 30 unidades produtivas. (apoio do Projeto Plantas Nativas)
 - Instalar 20 campos de palma consorciada, em 5 comunidades.
 - Difusão de práticas inovadoras de beneficiamento e armazenamento de forragem para 40 agricultores.
 - Realizar um estudo de balanço forrageiro de unidades familiares, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba.
- e) Recursos Hídricos (apoio do Programa Local de Mirandiba)
- Realização de um Diagnóstico Rápido de Recursos Hídricos em 4 comunidades do município de Solânea.
 - Construção de 20 cisternas de placas familiares e comunitárias.
 - Recuperação/construção de 2 tanques para captação de água, no Curimataú de Solânea.
 - Instalação de 2 experimentos de barragens subterrâneas e barramentos sucessivos.
 - Instalação de 3 experiências de manejo de água nas parcelas agrícolas.
- f) Gestão
- Implantação de 4 fundos rotativos para construção de cisternas de placas, envolvendo 40 famílias em 5 comunidades.
 - Acompanhar e apoiar a gestão de 35 bancos de sementes e fundos rotativos de diversos tipos.
 - Realizar um estudo complementar sobre as diversas formas de crédito existentes na região, para subsidiar o apoio aos fundos rotativos.
- g) Capacitação de Agricultores e Lideranças e Fortalecimento das Organizações Locais.
- Realização de 2 eventos de intercâmbio externo (fora da área de atuação) e 1 curso para agricultores(as) sobre o tema de plantas medicinais. (apoio do Projeto Plantas Nativas).
 - Realização de 6 cursos sobre gestão de bancos e qualidade de sementes.
 - Promoção de visita de intercâmbio, envolvendo 10 agricultores, sobre o tema agroflorestas.
 - Realização de 20 cursos comunitários de construção de cisternas, envolvendo 120 agricultores(as).
 - Realização de uma visita de intercâmbio sobre o tema do manejo dos recursos hídricos, envolvendo 15 agricultores(as).

- Promoção de uma visita de intercâmbio ao Centro de Pesquisa de Caprinos, envolvendo 15 agricultores.
 - Realização do primeiro módulo do curso de capacitação em desenvolvimento sustentável para lideranças.
- h) Articulação e irradiação da experiência
- Assessoria à estruturação e revitalização de 80 bancos comunitários de sementes nas regiões de Agreste e Litoral da Paraíba.
 - Realização de diversas atividades em conjunto com a Universidade Federal da Paraíba.
- i) Influência sobre políticas públicas
- Assinatura de convênio com o Governo do Estado sobre apoio aos bancos de sementes.
 - Realização de Seminário Estadual (junto com a Articulação do Semi-Árido Paraibano) de Sementes e Políticas Públicas, envolvendo lideranças e técnicos de todo o Estado.
 - Assinatura de convênio com a SUDENE/Comunidade Solidária, para realização de cursos de capacitação em cisternas.
 - Elaboração de emendas ao orçamento do Estado da Paraíba, para permitir a construção de cisternas.
 - Inclusão da construção de cisternas na ação das Prefeituras de Solânea e Remígio.
- j) Desenvolvimento Metodológico
- Iniciar a sistematização do trabalho de monitoramento. (Cf. Programa da Abordagem Participativa)
 - Realizar o Evento Regional de Intercâmbio e debate sobre monitoramento, envolvendo 15 entidades de 5 Estados da região nordeste. (Cf. Programa da Abordagem Participativa).
 - Produzir um texto de sistematização sobre as práticas de manejo da fertilidade pelos agricultores.
 - Publicar um texto sobre a experiência do programa com experimentação junto aos agricultores.

◆ Programa Local de Mirandiba

- a) Captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano e animal.
- Construção de 20 cisternas em Mirandiba, beneficiando 25 famílias.
 - Instalação de bomba em poço recuperado na comunidade da Barreira, beneficiando 20 famílias.
- b) Diminuição dos riscos da agricultura de sequeiro
- Instalação de 10 novas barragens subterrâneas
 - Implantação de 6 experiências, visando otimizar o uso agrícola das barragens construídas anteriormente.

- Implantação de 5 bancos de sementes comunitários em Mirandiba, beneficiando 60 famílias.
- c) Fortalecimento das organizações de agricultores/as
- Assessorar o planejamento anual em 2 Pólos Comunitários.
 - Realizar 3 treinamentos sobre gestão associativa.
 - Assessorar e apoiar a realização de dois eventos do Movimento de Mulheres e os Grupos de Jovens em Mirandiba.
- d) Influência sobre as políticas públicas municipais e fortalecimento das instâncias de participação cidadã
- Participar nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Desenvolvimento Municipal.
 - Promover um evento, junto com o Conselho, sobre o orçamento municipal, com vistas a apresentar propostas para incluir neste orçamento.
- e) Intercâmbio e irradiação da experiência
- Receber a visita de um grupo de agricultores da Bahia.
 - Participar de evento de intercâmbio sobre sementes, em Pesqueira
 - Participar em evento internacional (a ser realizado em Petrolina, Pernambuco) sobre captação e armazenamento de água de chuva.
- f) Desenvolvimento metodológico
- Produção de um vídeo sobre a experiência de Mirandiba, em parceria com a Rede Cultura de Televisão.
 - Produção de um texto de sistematização da experiência de Mirandiba com manejo de recursos hídricos no semi-árido.

◆ Programa da abordagem participativa para a promoção do desenvolvimento agrícola sustentável

- Realização de dois seminários regionais (nordeste e sudeste) de intercâmbio e discussão sobre o tema do monitoramento.
- Produção de um texto sobre formação de agricultores no âmbito de um programa local de desenvolvimento.
- Organização do primeiro seminário interno para discutir o tema anterior.(Cf. metas do Programa do Paraná).
- Realização de 2 cursos de capacitação em Metodologias Participativas para extensionistas e pesquisadores vinculados à Rede Agroecologia Rio.
- Relações de gênero:
 - Assessoria para sistematização das práticas e percepções das equipes da AS-PTA e de nossos parceiros nos programas locais sobre a questão de gênero. Produção de um relatório crítico para subsidiar debate interno (e externo) e definição de linhas de trabalho institucional;

- Seminário de problematização sobre o enfoque de gênero nos programas da AS-PTA e linhas de política para o tema;
- “Vídeo processo” para sensibilização: percepções e representações da dimensão de gênero em meio rural;
- Participação no Grupo de Trabalho da Rede PTA/Sudeste.

◆ Programa de Políticas Públicas para um Desenvolvimento Sustentável

a) Políticas de crédito

- Continuidade à articulação com o BNDES para realização de seminário sobre modalidades de crédito para transição ecológica na agricultura familiar. Visitas dos técnicos do banco aos programas locais da Paraíba e Paraná e negociação sobre implantação de 2 experiências piloto.
- Levantamento sobre experiências alternativas de crédito para agricultura familiar.
- Estudo na Paraíba sobre condições dos agricultores e sistemas diferenciados de crédito: participação na elaboração do TDR e acompanhamento do estudo.
- Participação na elaboração do programa de crédito (fundo rotativo) do Programa Local da Paraíba.

b) Recursos Genéticos

- Campanha “Brasil livre dos Transgênicos”;
 - Articulação do grupo coordenador da campanha;
 - Produção do texto de referência para a campanha nacional;
 - Edição de um boletim eletrônico (semanal) destinado a “formadores de opinião”;
 - Produção da publicação para ampla difusão em meio rural;
 - Elaboração e articulação de manifesto nacional sobre moratória para os transgênicos.
- Montagem com Rede PTA de projeto conjunto sobre políticas públicas na área de sementes e agrobiodiversidade.
- Articulação/formação de lideranças agroecológicas no campo: elaboração de um texto de referência e discussão coletiva na AS-PTA e parceiros selecionados.

c) Pesquisa em agroecologia

- Articulação com EMBRAPA, universidades e organismos estaduais de pesquisa agrícola (SNPA) visando criação de um grupo de trabalho sobre agroecologia na EMBRAPA. Participação na realização de seminário nacional de intercâmbio e sensibilização.
- Participação no Comitê de ONGs vinculado ao CGIAR. Representação do Comitê das ONGs no Comitê Diretor do GFAR. Dois temas em destaque: apoio a processos participativos de pesquisa e aumento de escala em projetos agroecológicos.

- Participação na Comissão de avaliação e seleção de projetos do Programa 11 da EMBRAPA (Agricultura e Meio Ambiente).

d) Segurança alimentar

- Participação na Coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e do Fórum do Estado do Rio de Janeiro. Preparação da retirada das respectivas coordenações a partir de 2000.
- Organização de dossiê sobre segurança alimentar na agricultura familiar para subsidiar discussões a respeito na AS-PTA e organizações da Rede PTA.

◆ Projeto Plantas Nativas

a) Implementação de iniciativas locais de uso, manejo e conservação de plantas nativas.

A maior parte das atividades neste item de implementação de iniciativas locais serão realizadas em conjunto com o Programa da Paraíba, conforme mencionado anteriormente.

- Produção de uma cartilha de valorização da experiência de uma agricultora com plantas medicinais. (com Programa PB)
- Produção e distribuição de mudas de plantas nativas para rearborização de unidades produtivas familiares do Agreste da Paraíba. (Com o Programa PB)
- Produção, distribuição de plantas medicinais e estímulo à troca de informações e de produtos medicinais pelas comunidades. (Com o Programa PB)
- Realização de 3 eventos de capacitação sobre plantas medicinais. (Com o Programa PB)
- Promoção de visitas de intercâmbio e treinamento entre agricultores e agricultoras dos vários grupos de catequese, valorizando o conhecimento local. (Com o Programa PB)
- Produção de boletins de difusão das ações do Projeto para os parceiros locais. (Com o Programa PB)
- Adaptação e aplicação da metodologia de DRP de Plantas Nativas nas áreas de atuação da AMAS (Associação Menonita de Assistência Social) e do SASOP (Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais).

b) Difusão ampla de informações sobre plantas nativas

- Produzir e iniciar a divulgação de 4 folhetos sobre plantas medicinais, a partir das informações validadas pelo Projeto Farmácias Vivas da Universidade Federal do Ceará.
- Continuar a identificação de fontes de informações sobre plantas nativas, com a realização de visitas a EMBRAPA do Semi-Árido e à EMBRAPA Caprinos; Universidade federal do Ceará - projeto Farmácias Vivas; Universidade Federal da Paraíba - Departamento de Fitotecnia.
- Produção de fichas com informações relevantes sobre 10 plantas nativas para o público que trabalha com agricultores familiares. Os descritores deverão ser resultantes dos diagnósticos sobre plantas nativas e plantas medicinais.
- Participação na definição e início de implementação do Projeto Guias de Campo de Biodiversidade Vegetal (guias de identificação de plantas).
- Definição dos públicos alvos do Projeto.

◆ Setor de Informação

a) Centro de Documentação

- Elaboração de “Informes bibliográficos temáticos”: Impactos econômicos de inovações; relações sociais de gênero; manejo ecológico de solos; agroflorestação; segurança alimentar.
- Edição mensal do “Documentos Recebidos”.
- Acesso ao CD via Internet.

b) Publicações

- Edição das seguintes publicações:

Série Metodologias Participativas

- Abordagens participativas para o desenvolvimento local – síntese dos debates do seminário AS-PTA/Action Aid.
- Monitoramento ambiental (co-edição com IIED)
- Experimentação participativa
- Monitoramento da intervenção local (co-edição com IIED)

Série Políticas Públicas

- Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira (co-edição com Ministério do Meio Ambiente).
- Catálogo ONGs de desenvolvimento rural.

Série Agroecologia

- Os caminhos da água: manejo da água em regiões semi-áridas (co-edição com a Editora Agropecuária).
- Agroecologia: Bases científicas da agricultura alternativa (co-edição com a Editora Agropecuária).
- Adubação verde no Brasil (reedição revista).

c) Homepage

- Elaboração e implantação experimental da “Homepage” da AS-PTA. Inicialmente com apresentação institucional e consultas ao Centro de Documentação.

◆ O Setor Administrativo e Financeiro

- Renovação dos equipamentos de informática para Secretaria, Centro de Documentação, Programa Paraná e escritório Recife.
- Formulação de “Software” para gerência financeira e contábil.

◆ A Participação em Redes e Articulações

- Rede PTA
 - Participação no Comitê de Articulação da Rede PTA (CAP), sediando a Secretaria Executiva do comitê.
 - Participação no Encontro Nacional da Rede PTA e nos fóruns regionais sudeste, nordeste e sul da Rede.
- Recope
 - Participar de implementação de 4 experiências piloto de promoção de agroecologia em comunidades rurais do estado do Rio.
 - Capacitar 40 técnicos para valorização de diagnósticos participativos em comunidades rurais;
 - Capacitar 30 técnicos das instituições parceiras na metodologia de Experimentação Participativa.
 - Participar dos seminários de planejamento e avaliação da Recope.
 - Apoiar a elaboração do informativo “Rede Agroecologia Rio”.
- Participação no Fórum Nacional de ONGs e Movimentos Sociais, Fóruns Nacional da Reforma Agrária, ABONG e Fórum de Segurança Alimentar.
- Participação em Redes regionais temáticas: Mata Atlântica e Rede Água.
- Redes e articulações intencionais: CLADES, MAELA, INAFI, IFOAM.